



A political campaign banner for the 2017 municipal elections in Caldas da Rainha. The banner features a large blue title 'CALDAS A LIDERAR' in bold, sans-serif capital letters. Below the title, smaller text reads 'Luis Miguel Patacho' and 'Candidato Presidente Câmara Municipal'. In the top right corner is the red circular PS logo. In the bottom right corner, a red horizontal bar contains the text 'AUTÁRQUICAS'17'.

Programa Autárquico

Caldas da Rainha

2017

Programa Candidatura do PS/Caldas - **Luís Miguel Patacho** à
Câmara Municipal de Caldas da Rainha

Caldas a Liderar

Projeto 2017-2021

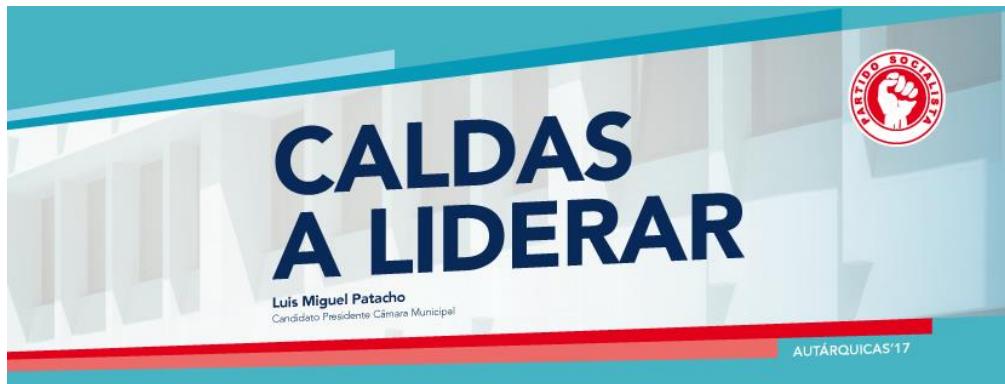
<http://luispatacho2017.pt/>

<https://www.instagram.com/pscaldas2017>

<https://www.facebook.com/PSCaldasdaRainha/>

#luismiguelpatacho

#pscaldas



Fotografia da capa – Pavilhões do Parque - retirado de http://www.arslvt.minsaude.pt/pages/287?poi_id=2242;

Pão de Ló do Landal – retirado de <http://www.jf-landal.pt/galerias/pao-de-lo-do-landal/>;

Paul de Tornada – retirado de <http://www.associacao-pato.org/uploads/2/7/5/9/2759235/5056527.jpg?391>

Caldas da Rainha

2017

Índice

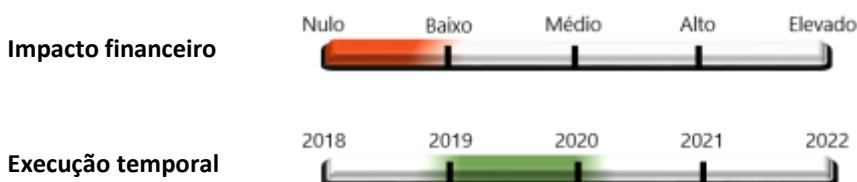
| | |
|---|-----------|
| Introdução | 2 |
| 1. Economia | 6 |
| 1.1. Intermunicipalidade e Integração Regional..... | 7 |
| 1.1.1. Ligação do TOMA ao OBI..... | 7 |
| 1.1.2. Criação de redes intermunicipais cicláveis..... | 7 |
| 1.1.3. Complementariedade da oferta no turismo | 8 |
| 1.1.4. Complementariedade no desenvolvimento científico e tecnológico | 8 |
| 1.1.5. Selo de produtos agrícolas | 8 |
| 1.2. Apoio à Economia Local..... | 9 |
| 1.2.1. Atrair Centros de Inovação e de Investigação..... | 9 |
| 1.2.2. Programa de Incentivo ao Investimento (PII) | 9 |
| 1.2.3. Gabinete de Planeamento Estratégico e de Projetos | 10 |
| 1.2.4. Requalificar e expandir as zonas Industriais | 11 |
| 1.2.5. Parque Tecnológico | 11 |
| 1.2.6. Promover um concurso de Jovens Criadores ou de Jovens Talentos | 11 |
| 1.2.7. Apostar no turismo de negócios e de congressos profissionais | 11 |
| 1.3. Economia social | 12 |
| 1.3.1. Incubadora de projetos sociais, ambientais ou culturais..... | 12 |
| 1.3.2. Criação de Espaços HUB | 12 |
| 1.3.3. Fomentar parcerias estratégicas com entidades da Economia Social | 13 |
| 1.4. Turismo | 14 |
| 1.4.1. Programa de Apoio ao Turismo (PAT)..... | 15 |
| 1.4.2. Promoção do concelho..... | 15 |
| 1.4.3. Criar e promover eventos..... | 15 |
| 1.5. Planeamento urbano | 16 |
| 1.5.1. Revisão do PDM..... | 16 |
| 1.5.2. Concluir o Plano de Pormenor do Centro Histórico..... | 17 |
| 1.5.3. Plano de Pormenor da Reta de Tornada..... | 17 |
| 1.5.4. Plano de Urbanização da Foz do Arelo e de Infraestruturas de Apoio Náutico | 17 |
| 1.5.5. Programa de apoio à reabilitação de casas devolutas | 17 |
| 1.6. Infraestruturas e equipamentos | 18 |
| 1.6.1. Linha do Oeste..... | 18 |
| 1.6.2. Urbanismo | 18 |
| 1.6.3. "GeoCaldas" | 22 |
| 1.6.4. Comunicação institucional | 22 |
| 1.6.5. Bicicletas disponibilizadas gratuitamente à população | 23 |
| 1.6.6. Complexo funerário..... | 23 |
| 2. Termalismo, Saúde e Bem-estar | 25 |
| 2.1. Termalismo e Saúde..... | 26 |
| 2.1.1. Projeto de Expansão e de Viabilidade Económica do Termalismo | 27 |
| 2.1.2. Programa de Apoio ao Termalismo, Saúde e Bem-Estar (PATer) | 27 |
| 2.1.3. Renegociar com a tutela os encargos para a CMCR..... | 27 |
| 2.1.4. Criar um Conselho Municipal do Termalismo, Saúde e Bem-Estar..... | 28 |
| 2.1.5. Pugnar pela criação de uma Unidade Local de Saúde | 28 |
| 2.1.6. Criação de nova Unidade de Saúde Familiar (USF) em Tornada..... | 28 |

| | | |
|-------------|--|-----------|
| 2.2. | Ambiente e Bem-estar | 29 |
| 2.2.1. | Requalificação da Lagoa | 29 |
| 2.2.2. | Paul de Tornada..... | 30 |
| 2.2.3. | Reconversão das ETARs..... | 30 |
| 2.2.4. | Melhorar a limpeza e asseio, em especial da cidade | 31 |
| 2.2.5. | Priorizar a execução do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS)..... | 31 |
| 2.2.6. | Ciclovia desde a rotunda do Caldas Internacional Hotel até ao Paul de Tornada | 31 |
| 2.2.7. | Corredor Verde..... | 31 |
| 2.2.8. | Promover comportamentos cívicos amigos do ambiente | 32 |
| 2.2.9. | Pombal contraceptivo | 32 |
| 2.2.10. | Ambulância veterinária | 32 |
| 3. | Valorização do potencial humano | 34 |
| 3.1. | Ação direta do Município..... | 36 |
| 3.1.1. | Promover a figura do provedor do município..... | 36 |
| 3.1.2. | Orçamentos participativos temáticos | 36 |
| 3.2. | Educação..... | 37 |
| 3.2.1. | Concluir a revisão da Carta Educativa | 37 |
| 3.2.2. | Promover um Centro de Ciência Viva | 38 |
| 3.2.3. | Valorização dos recursos humanos..... | 38 |
| 3.2.4. | Melhorar os equipamentos escolares | 38 |
| 3.2.5. | Aumentar a segurança dos estabelecimentos de ensino | 39 |
| 3.2.6. | Renovação tecnológica..... | 39 |
| 3.2.7. | Abrir a cidade às escolas | 40 |
| 3.2.8. | Integração de estudantes NEE | 40 |
| 3.2.9. | Promoção de estilos de vida saudáveis..... | 41 |
| 3.2.10. | Colaborar no combate ao abandono escolar..... | 41 |
| 3.2.11. | Maior proximidade da ESAD à cidade | 42 |
| 3.2.12. | Banco de manuais escolares | 42 |
| 3.2.13. | Dinamizar o Conselho Municipal de Educação | 42 |
| 3.3. | Cultura..... | 43 |
| 3.3.1. | Conselho Municipal da Cultura | 43 |
| 3.3.2. | Cedência, Criação ou Facilitação de espaços oficiais | 44 |
| 3.3.3. | Conteúdos audiovisuais para a cultura | 45 |
| 3.3.4. | Reforçar os incentivos à produção artística | 45 |
| 3.3.5. | Eventos culturais | 45 |
| 3.3.6. | Estimular a criação de empregos culturais | 46 |
| 3.3.7. | Facilitar o acesso de estudantes aos equipamentos culturais do concelho | 46 |
| 3.3.8. | Reavaliação do modelo de gestão para o CCC | 46 |
| 3.3.9. | Novos caminhos da cerâmica..... | 47 |
| 3.4. | Associativismo..... | 48 |
| 3.4.1. | Fórum anual associativo | 48 |
| 3.4.2. | Balcão de Apoio ao Associativismo | 49 |
| 3.4.3. | Associativismo juvenil | 49 |
| 3.4.4. | Regulamento Municipal de Subsídios Gerais às Associações | 50 |
| 3.4.5. | Materializar a fusão da ADIO, CulturCaldas e ADJCR | 50 |
| 3.5. | Desporto | 51 |
| 3.5.1. | Reativar o Conselho Municipal de Desporto..... | 51 |
| 3.5.2. | Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo | 52 |
| 3.5.3. | Acesso facilitado ao desporto e à atividade física..... | 52 |
| 3.5.4. | Novo Regulamento Municipal de Financiamento da Atividade Desportiva | 52 |
| 3.5.5. | Aumentar as verbas atribuídas ao Associativismo Desportivo | 53 |
| 3.5.6. | Encontro anual concelhio de Ginástica | 53 |
| 3.5.7. | Realizar “Encontro dos Jogos Tradicionais” | 53 |
| 3.5.8. | Desporto adaptado..... | 53 |
| 3.5.9. | Estudar a atividade física dos municípios..... | 53 |

| | |
|---|-----------|
| 3.6. Juventude..... | 54 |
| 3.6.1. Portal "Jovem.CR" | 54 |
| 3.6.2. Jovem.CR + Ativo | 55 |
| 3.6.3. Fomentar o contacto de jovens empreendedores com investidores | 55 |
| 3.6.4. Campeonato Jovem.CR | 55 |
| 3.6.5. Festivais Jovem.CR..... | 56 |
| 3.6.6. Aproveitar espaços sem uso para jovens criativos (projeto piloto)..... | 56 |
| 3.6.7. Ressuscitar o Conselho Municipal da Juventude | 56 |
| 3.6.8. Dar ênfase ao Centro da Juventude | 57 |
| 4. Políticas sociais e do trabalho..... | 59 |
| 4.1. Ação direta do Município..... | 60 |
| 4.1.1. Fundo de Emergência Social..... | 60 |
| 4.1.2. Rede social eficiente e apostar em políticas do trabalho..... | 60 |
| 4.1.3. Constituir o Conselho Municipal para o Emprego e Formação Profissional..... | 60 |
| 4.1.4. Prémio não financeiro de boas práticas de empresa em política social..... | 61 |
| 4.1.5. Boas práticas na área da inclusão | 61 |
| 4.2. Plano Municipal para o Emprego..... | 62 |
| 4.2.1. Levantamento de necessidades | 62 |
| 4.2.2. Colaborar com os Centros Qualifica | 62 |
| 4.2.3. Serviços de orientação para a inserção de jovens na vida ativa | 62 |
| 4.2.4. Oferta formativa contextualizada | 63 |
| 4.2.5. Criar o Projeto Intergeracional..... | 63 |
| 4.2.6. Criar o Laboratório de Ideias Sustentáveis..... | 63 |
| 4.3. Intervenção na área da saúde | 64 |
| 4.3.1. Apoio social a situações crónicas de saúde..... | 64 |
| 4.3.2. Protocolo com instituições sociais e serviços de saúde..... | 64 |
| 4.3.3. Formação de parentalidade positiva..... | 64 |
| 4.3.4. Fraldário | 65 |
| 4.3.5. Pagamento das vacinas não comparticipadas pelo SNS | 65 |
| 4.3.6. Comparticipação de medicamentos de idosos carenciados | 65 |
| 5. Agricultura e o mundo rural..... | 67 |
| 5.1. Organização e planeamento | 68 |
| 5.1.1. Reversão da centralização de serviços da DROAP | 68 |
| 5.1.2. Criar e manter um Centro de Investigação Aplicada | 68 |
| 5.1.3. Turismo rural e agroturismo ecológico | 68 |
| 5.1.4. Apoio técnico para candidaturas a fundos europeus | 69 |
| 5.2. Infraestruturas | 70 |
| 5.2.1. Barragem de Alvorninha..... | 70 |
| 5.2.2. Criar mais zonas agro-comunitárias | 70 |
| 5.2.3. Ordenamento e cooperação entre explorações e no acesso a recursos hídricos | 70 |
| Conclusões..... | 72 |

Legenda

Cada medida é seguida por 2 gráficos que indicam a previsão do seu Impacto Financeiro e respetiva Execução Temporal.



O impacto financeiro é avaliado numa escala de 5 pontos:

- Nulo (sem impacto financeiro)
- Baixo (impacto financeiro baixo ou reduzido)
- Médio (com significado contabilístico de maior nível)
- Alto (com grande valor contabilístico)
- Elevado (de elevado valor económico e com um peso elevado no orçamento).

A execução temporal reflete o momento, com indicação do ano, ou anos, em que se prevê realizar a medida proposta. O início da atividade na autarquia, após tomada de posse e demais processos, dar-se-á com o começar do ano de 2018 e, estender-se-á até muito próximo do início do ano de 2022 – correspondendo à duração do mandato autárquico.

Algumas das medidas apresentadas são desdobradas noutras mais simples que a compõem, sendo listadas logo depois da medida principal. Todos os investimentos previstos em cada submedida e a sua execução temporal estão integrados na projeção da medida principal.

INTRODUÇÃO

Introdução

Uma Câmara Municipal pretende-se proativa, dinâmica, na procura das melhores condições de vida para os seus municíipes. Existem várias áreas onde a Câmara Municipal das Caldas da Rainha (CMCR) deve ser mais interveniente, desde logo no apoio à competitividade da economia local e à criação de incentivos à captação de investimento, na intermunicipalidade, ou no planeamento.

O papel de uma Câmara Municipal dos nossos dias vai muito além das suas competências clássicas do passado. Exige-se, hoje, a uma Câmara de Nova Geração, que seja parceira no desenvolvimento económico do concelho e da sua região. Que o Presidente da Câmara saia do edifício dos Passos do Concelho para contactar empresários, empreendedores, agentes do saber, ou instituições do ensino superior, promovendo o seu concelho além-fronteiras em busca de investimento, de estabelecimentos ou polos de ensino superior ligados à ciência e à inovação, da criação de riqueza e do aumento do emprego.

É fundamental que a Câmara Municipal tenha pessoas qualificadas afetas em exclusividade a esta missão, com criação de uma Agência do Investimento, para que Caldas da Rainha possa recuperar o atraso que leva para alguns concelhos da Região Oeste ou do distrito e retome a centralidade natural que tem de ter no contexto regional.

Só com estes investimentos é possível criar um clima de atratividade do concelho que fomente a sua capacitação no que respeita a infraestruturas de acolhimento empresarial, a regeneração urbana, a requalificação ambiental, a diversificação da oferta cultural e ao marketing territorial.

Mas é necessário também que o Presidente da Câmara tenha uma visão integrada do território, pois não é possível continuar a gerir os destinos das

Caldas sem nos articularmos com os nossos concelhos vizinhos. Seja pela escassez de recursos, pela necessidade de ganharmos escala nos projetos para podermos ser mais competitivos, pela ligação natural do território, ou pelos movimentos basculantes da população, que não conhecem fronteiras concelhias.

Como necessário é recentrar a ética na vida política. A ética, devendo estar sempre presente na atuação de qualquer cidadão, tem de constituir uma prioridade para os agentes políticos. Por isso, esta candidatura terá um especial empenho na manutenção de uma atitude e gestão ética da coisa pública. Procuraremos transmitir esta postura em todas as ações, garantindo uma total transparência sobre as decisões relevantes para a comunidade e, simultaneamente, promovendo e contribuindo para que todos os que interajam com a CMCR atuem e beneficiem desta eticidade.

Este Programa assenta em cinco eixos essenciais para o desenvolvimento estruturado e coerente do concelho:

- **Economia Local**, com integração regional, desenvolvimento empresarial, empreendedorismo, melhoramento das infraestruturas de acolhimento empresarial e um plano de incentivos ao investimento, para criação de riqueza e de emprego;
- **Termalismo, Saúde e Bem-Estar**, nas suas diversas dimensões: clínica, económica - com forte pendor turístico -, social, cultural, ambiental e de lazer;
- **Valorização do Potencial Humano**, com uma perspetiva integrada da Educação, Cultura, Desporto, Juventude e Associativismo;
- **Políticas Sociais e do Trabalho**, direcionadas, também, à empregabilidade; e

- **Agricultura e Mundo rural**, que tem uma forte expressão no concelho das Caldas da Rainha.

De seguida elencamos as principais medidas previstas para cada um destes eixos que constituirão a base programática da Candidatura do PS à Câmara Municipal das Caldas da Rainha, para colocar as Caldas a Liderar no contexto Regional, devolvendo-lhe a centralidade que lhe é, naturalmente, exigida.

Eixo 1

A ECONOMIA

1. Economia

Um dos aspetos mais relevantes para o desenvolvimento comunitário, enquadrado num contexto global e dinâmico, é a economia. A reunião entre população, agentes económicos e organizações.

Sem uma economia moderna, ativa e pujante, o concelho das Caldas da Rainha atrasa-se, perde influência e preponderância quer no plano regional, quer nacional.

Pretendemos apoiar o tecido empresarial, planear o futuro de forma participada, envolvendo instituições de ensino superior, especialistas e outros(as) agentes nos aspetos essenciais das decisões autárquicas, por forma a criar um ecossistema de inovação, que caminhe para uma *smart city* e para um concelho social e tecnologicamente dos mais evoluídos.

Um concelho de média dimensão nacional, como o das Caldas, tem de definir as prioridades para o seu desenvolvimento estratégico. Em função destas, então, a Câmara tem de fazer um planeamento integrado que, para além da materialização dos instrumentos de gestão territorial, a maior parte dos quais se encontram por concluir, acomode, potencie e interligue essas prioridades. Portanto, tudo isto nos remete para a necessidade de planeamento municipal, mas também intermunicipal, incluindo no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Oeste (CIMOESTE), naturalmente.

No primeiro eixo, o económico, incluímos:

- Intermunicipalidade e a integração regional
- Apoio à economia local
- Turismo
- Planeamento Urbano
- Infraestruturas e equipamentos

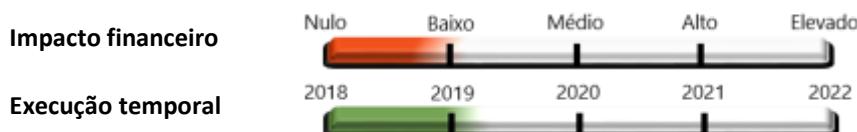
1.1. Intermunicipalidade e Integração Regional

Caldas da Rainha tem de se articular com os concelhos vizinhos, com os quais partilha objetivos, programas, estruturas e recursos naturais.

Desde logo com o de Óbidos, ao qual se encontra ligado pela Lagoa, pela Linha do Oeste, pela história e pelos movimentos populacionais. Tem, igualmente, de se ligar com os restantes concelhos envolventes, como o do Bombarral, com quem partilha uma estrutura como a A8, ou a agricultura. E de forma semelhante com o Cadaval, muito ligado a freguesias interiores. Com o de Peniche, nomeadamente numa política de aproveitamento dos recursos turísticos e marítimos. Com o de Alcobaça, um concelho muito relevante para a dinâmica regional, quer pela sua dimensão geográfica e populacional, quer pelo seu património histórico. Com o concelho da Nazaré, mais uma vez na potenciação do mar e dos seus recursos. Ou, ainda, com o de Rio Maior, pela proximidade geográfica e interligação muito próxima de freguesias interiores.

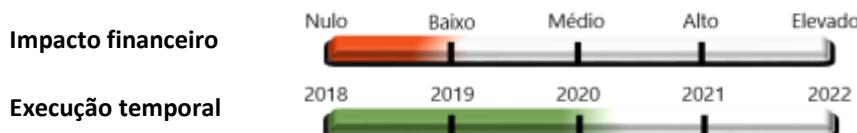
1.1.1. Ligação do TOMA ao OBI

Desenvolver uma interface de ligação entre os serviços de transportes urbanos TOMA, de Caldas da Rainha, e o OBI, de Óbidos.



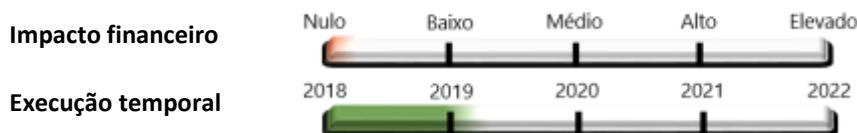
1.1.2. Criação de redes intermunicipais cicláveis

Nomeadamente a ligação da ciclovia da Foz do Arelho e Nadadouro a Óbidos (fora de estrada) e criação de ciclovia entre Caldas da Rainha e Óbidos ao longo da EN8 (por estrada).



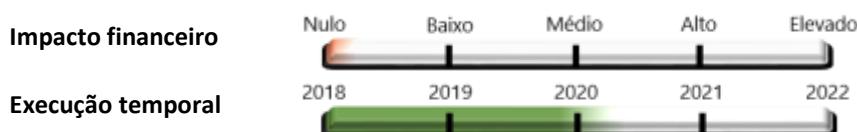
1.1.3. Complementaridade da oferta no turismo

Tirando partido, de forma reciproca, dos eventos de massas existentes nos concelhos vizinhos, seja ao nível do termalismo, do mundo rural, do património natural, cultural, sacro, edificado, ou até gastronómico. Nomeadamente com Óbidos, Alcobaça, Peniche, Bombarral, Cadaval, Nazaré e Rio Maior.



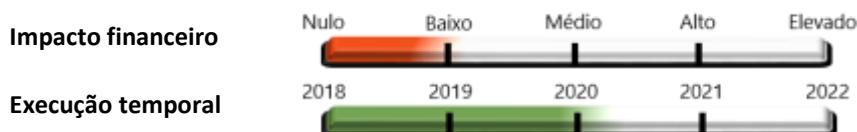
1.1.4. Complementaridade no desenvolvimento científico e tecnológico

Concertar parcerias, designadamente ao nível do apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico com concelhos como os do Bombarral, Alcobaça ou Cadaval. Promover um serviço intermunicipal de desenvolvimento rural, com o fim de promover a concentração da oferta, a rede tecnológica, a qualidade e o seu reconhecimento pelos consumidores.



1.1.5. Selo de produtos agrícolas

Criar, em conjunto com os municípios da região, um selo para os produtos agrícolas do Oeste, a fim de promover os produtos da região.



1.2. Apoio à Economia Local

Uma das grandes prioridades do Partido Socialista é o apoio à competitividade do setor empresarial e a criação de um Programa de Incentivos ao Investimento no concelho. Este é um dos novos desígnios de uma Câmara Municipal dos nossos dias; fortalecer o tecido económico local e criar mais e melhor emprego para benefício da qualidade da vida das pessoas.

1.2.1. Atrair Centros de Inovação e de Investigação

Gerar condições e dinâmicas favoráveis para atrair para Caldas da Rainha Centros de Inovação Tecnológica de grandes empresas e Centros de Investigação ligados a instituições do ensino superior, representando conhecimento e oferta de emprego qualificado.



Nesta medida inclui-se, nomeadamente:

- Criar um Centro de Investigação na área do termalismo/hidrologia/saúde
- Criar um Centro de Investigação Aplicada no setor agrícola
- Criar um Centro Tecnológico ligado à investigação aplicada na área do ambiente, tendo a Lagoa como pano de fundo.

1.2.2. Programa de Incentivo ao Investimento (PII)

Desenvolver um programa que, através de um conjunto de incentivos, atraia a fixação de novas unidades empresariais no concelho e, simultaneamente, apoie as já existentes.



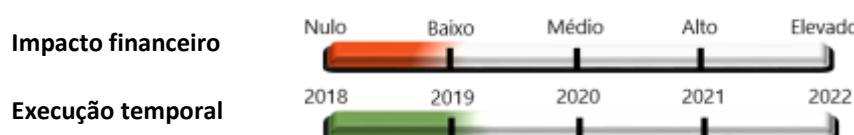
Nesta medida inclui-se, designadamente:

- Cedência de terrenos da Câmara Municipal a preços bonificados;
- ICE – Incentivo à Criação de Emprego, com apoios não reembolsáveis para criação líquida de emprego, em função da idade, das habilitações e do tipo de contrato de trabalho;

- c) Cedência temporária de instalações camarárias, incluindo de armazéns modulares a serem construídos para esse efeito;
- d) Pacote “Burocracia Zero” – com fixação de prazos máximos bastante curtos para apreciação de cada fase da tramitação dos processos de licenciamento de unidades empresariais;
- e) Realização de infraestruturas básicas como ramais de água, fundações, ou acesso à rede de energia;
- f) Redução de impostos e taxas da competência da autarquia que, em função do investimento, podem atingir a isenção;
- g) Isenção de taxas municipais nas obras de urbanização e edificação empresarial;
- h) Criar uma Agência de Investimento com as seguintes valências:
 - a. informação relacionada com a atividade empresarial;
 - b. apoio à procura de lotes e instalações;
 - c. suporte à criação de empresas e emprego;
 - d. desenvolvimento de projetos de apoio à inovação e à internacionalização;
 - e. informação e apoio técnico sobre financiamento às empresas: acesso a estudos de impacto económico, acesso a feiras e outras atividades de representação e acesso a projetos de financiamento europeu;
 - f. criação de um kit-investidor com um conjunto de documentação e informação que facilite o contacto de potenciais investidores com as condições do concelho, com empresas locais, programas de apoio, associações empresariais, mapas de locais e espaços disponíveis, entre outras;
- i) Criação de um Fundo de Apoio a Micro e Pequenas Empresas para estimular e orientar investimentos para a modernização de empresas, com estabelecimento de protocolo entre a Câmara Municipal, uma instituição financeira, associações empresariais e o IAPMEI.

1.2.3. Gabinete de Planeamento Estratégico e de Projetos

Uma das primeiras prioridades desta candidatura é a criação de um Gabinete de Planeamento Estratégico e de Projetos, inserido num serviço mais amplo de economia e inovação.



Nesta medida inclui-se, designadamente:

- a) Estudos de planeamento e de projetos da CMCR;
- b) Eventos e investimentos no domínio do empreendedorismo e da criatividade, designadamente de incubadoras de startups para as áreas das novas tecnologias, inovação e desenvolvimento sustentável, em cooperação com aceleradoras de empresas;

- c) Desenvolver um "hub" de inovação, laboratórios de inovação e rede de financiadores;
- d) Procurar e divulgar programas de financiamento e de apoio destinados ao desenvolvimento socioeconómico concelhio;
- e) Atividades de interesse para o desenvolvimento económico, tecnológico e social do concelho, em projetos de curto, médio e longo prazo.

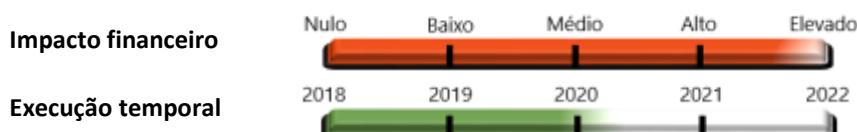
1.2.4. Requalificar e expandir as zonas Industriais

Criar infraestruturas e elaborar um plano de requalificação de estruturas degradadas ou inativas, dotando-as de condições para que possam acolher novos investimentos estruturantes.



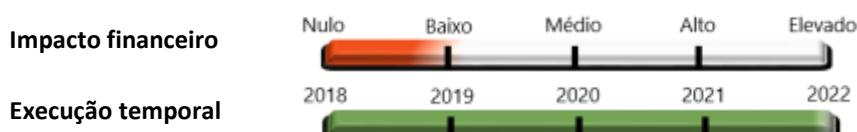
1.2.5. Parque Tecnológico

Criação de um Parque Tecnológico devidamente infraestruturado, inserido no Parque Empresarial/Zona Industrial, por ser este o ecossistema ideal para a sua implementação e operacionalidade.



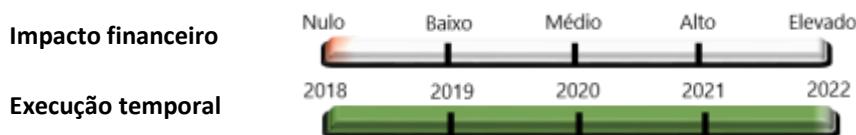
1.2.6. Promover um concurso de Jovens Criadores ou de Jovens Talentos

Criar e promover um concurso que permita estimular e auxiliar o arranque dos projetos de jovens talentos, concebendo condições para a sua retenção no concelho.



1.2.7. Apostar no turismo de negócios e de congressos profissionais

Investir na divulgação do potencial local e regional para o acolhimento de eventos profissionais, promovendo as Caldas da Rainha e as suas infraestruturas como local de eleição para encontro e realização profissional, com mais marketing territorial.



1.3. Economia social

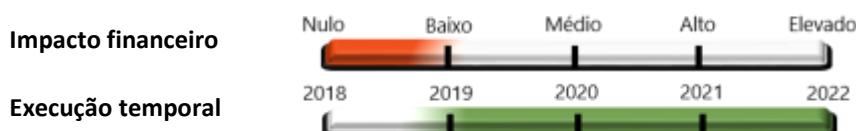
A Economia Social e Solidária guia-se por princípios e valores que coincidem, no essencial, com os do socialismo democrático, nomeadamente na procura do respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade.

As entidades da Economia Social (ES) são cada vez mais agentes do desenvolvimento local, não raras vezes sendo das maiores instituições, inclusivamente empregadoras, das freguesias – mormente das rurais - em que se inserem, e complementam a ação do Estado e interligam-se com este no que respeita às políticas públicas de solidariedade social.

Uma das formas de fomentar parcerias estratégicas com as entidades de ES é a criação de “Régies Cooperativas” (cooperativas de interesse público), que permitam, por via de uma organização conjunta e cooperante, contribuir para a sustentabilidade destas entidades.

1.3.1. Incubadora de projetos sociais, ambientais ou culturais

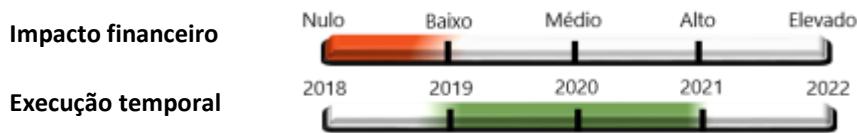
Criar uma incubadora de projetos sociais, ambientais ou culturais, fomentando o autoemprego, a inovação e o empreendedorismo.



1.3.2. Criação de Espaços HUB

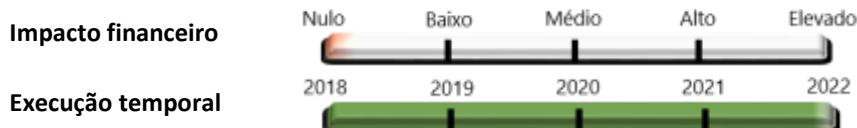
Incentivar a criação de espaços HUB por parte de associações em cooperação com a autarquia (ex.: uma associação disponibiliza um espaço, o pagamento da eletricidade

e da internet, e a autarquia fornece os equipamentos para o funcionamento do HUB).



1.3.3. Fomentar parcerias estratégicas com entidades da Economia Social

Uma das formas de fomentar parcerias estratégicas com as entidades de ES é a criação de “Régies Cooperativas” (cooperativas de interesse público), que permitam, por via de uma organização conjunta e cooperante, contribuir para a sustentabilidade destas entidades.



1.4. Turismo

O turismo representa, atualmente, um dos pilares estruturantes da economia nacional, contribuindo significativamente para a recuperação económico-financeira do país, para o aumento do emprego e a fixação de população.

É manifesto que a Região Oeste apresenta um potencial turístico relevante, com especial foco no Castelo de Óbidos, no Mosteiro de Alcobaça, no Mosteiro da Batalha, nas ondas de Peniche e Nazaré, ou nos dinossauros da Lourinhã.

A nossa cidade das Caldas tem um património edificado e outras estruturas com grande potencial turístico, como o Hospital Termal, a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, o Parque D. Carlos I e os seus pavilhões, a Mata Rainha D. Leonor, a Praça da Fruta, os museus, entre tantos outros exemplos. Como enorme potencial turístico têm tantas riquezas naturais no concelho, como a Lagoa de Óbidos, a nossa costa marítima, o Paul de Tornada, as dunas de Salir do Porto, a Mata das Mestras, a Serra de Todo-o-Mundo, ou a imensa e lindíssima paisagem rural que atravessa transversalmente todo o concelho. Tudo isto sem esquecer espaços históricos como o Castro do Cabeço do Castelo, em Santa Catarina, ou a Estação da Mala-Posta dos Carreiros, em A-dos-Francos.

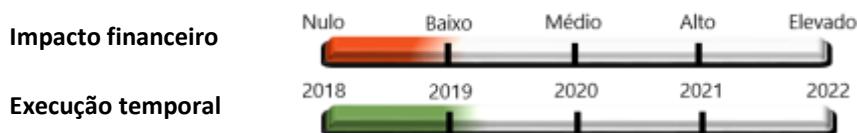
Temos, ainda, algumas atividades festivas com potencial turístico, como a Feira dos Frutos, o Festival do Cavalo Lusitano e as festas tradicionais nas diversas localidades do concelho, que tão bem promovem a participação comunitária e os produtos regionais.

Entendemos, porém, que todo este nosso potencial se encontra subaproveitado, sendo necessário fazer um planeamento, articulado à escala regional, das diversas ações que potenciem este setor.

O turismo, pela sua transversalidade, interliga-se com a Economia Local, o Termalismo, o Ambiente, ou mesmo com o Mundo Rural, razão pela qual se optou por incluir diversas medidas com relevância ao nível do turismo nesses setores do Programa.

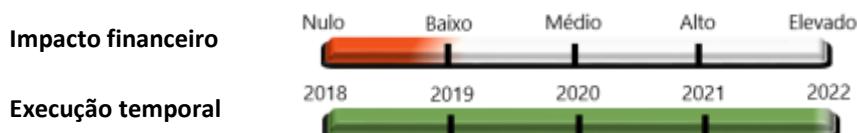
1.4.1. Programa de Apoio ao Turismo (PAT)

Delinear um programa que abarque todo o concelho, com uma forte incidência no termalismo, saúde e no bem-estar, para, de forma integrada e pensada, desenvolver o turismo no concelho de forma sustentada.



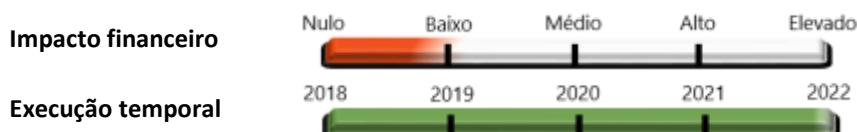
1.4.2. Promoção do concelho

Nos principais certames, incluindo os internacionais, com acesso a canais nacionais e internacionais de promoção turística, investindo na sua imagem e nas suas mais-valias.



1.4.3. Criar e promover eventos

Relacionados com produtos típicos, como a Festival da Lagoa, na Foz do Arelo, o Festival da Codorniz, no Landal, a Feira da Fruta, ou uma nova Feira da Cerâmica, sem deixar de apoiar os eventos já existentes da iniciativa das Associações, contribuindo para um necessário reforço do Marketing Territorial das Caldas.



1.5. Planeamento urbano

Nenhum concelho, nem nenhuma localidade, sobrevive e se projeta no futuro sem um adequado planeamento urbano.

Os sucessivos executivos camarários das Caldas têm descurado os instrumentos de gestão territorial, sem os quais não é possível um desenvolvimento económico-social do concelho sustentado, ordenado e integrado.

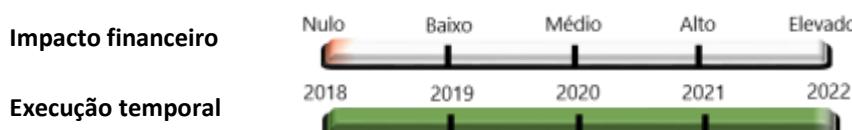
Não por acaso as Caldas da Rainha foram dos últimos concelhos do país a ver aprovado o Plano Diretor Municipal, apenas em 2002, o que muito explica o crescimento desordenado da cidade e a sua consequente descaracterização nas últimas décadas.

Ao invés do atual executivo camarário PSD, esta Candidatura dá grande prioridade ao planeamento, discutido e participado com a população, entendendo ser urgente reabilitar a urbe, mormente o seu centro histórico, para voltarmos a ter uma cidade com vida e futuro.

É indispensável, ainda, pensar a logística urbana enquadrada no planeamento estratégico da cidade, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e do Plano de Mobilidade Sustentável (PAMUS), com vista a minimizar o fluxo de trânsito crescente.

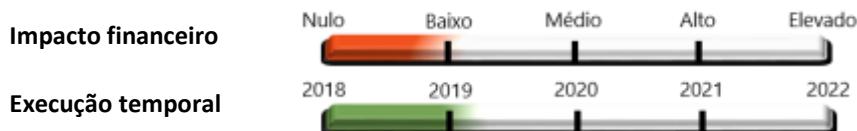
1.5.1. Revisão do PDM

Executar a revisão do Plano Diretor Municipal, ferramenta indispensável à organização, gestão e planeamento, cujo processo de revisão já se encontra pendente há cerca de 10 anos.



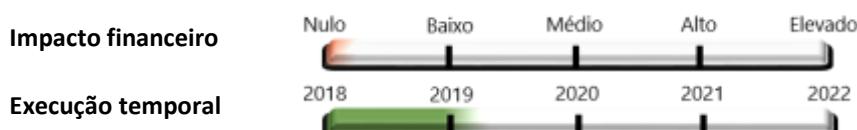
1.5.2. Concluir o Plano de Pormenor do Centro Histórico

Processo que se arrasta há cerca de 15 anos, absolutamente necessário para se poder iniciar uma verdadeira regeneração urbana do Centro Histórico da cidade, essencial para a repovoação e promoção do comércio nessa zona sensível.



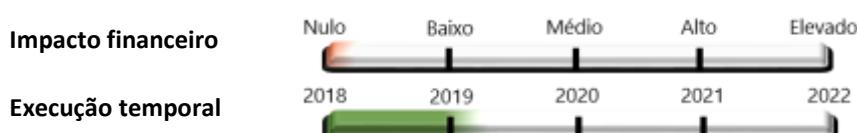
1.5.3. Plano de Pormenor da Reta de Tornada

Elaborar um Plano de Pormenor da Reta de Tornada, com vista à sua ordenação urbana, melhorando as condições da população e das empresas que dela se servem e, simultaneamente, requalificando uma das principais entradas da cidade.



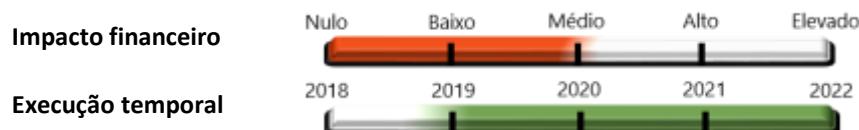
1.5.4. Plano de Urbanização da Foz do Arelho e de Infraestruturas de Apoio Náutico

Elaborar um Plano de Urbanização da Foz de Arelo, prevendo o seu ordenamento territorial, bem como um Plano de Pormenor das Infraestruturas de Apoio Náutico, essencial para o desenvolvimento da Foz do Arelo.



1.5.5. Programa de apoio à reabilitação de casas devolutas

Melhorar as condições para a fixação de pessoas, nomeadamente através da reabilitação de casas devolutas, com majoração de incentivos para os jovens.



1.6. Infraestruturas e equipamentos

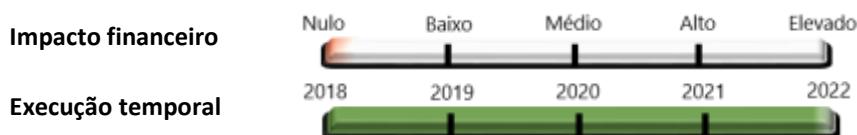
Um dos papéis fundamentais de uma autarquia é a capacitação do concelho em termos de infraestruturas e equipamentos, a fim de disponibilizar condições adequadas aos seus municípios. Esta capacitação dirige-se a áreas como a educação, os transportes, a economia, a saúde, a cultura ou outra que impacte positivamente na vida dos cidadãos ou das empresas.

Por isso, é necessário investir financeira, ou politicamente, na requalificação de estruturas e equipamentos já existentes e na criação de novos que se revelam fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

Pela transversalidade que as infraestruturas e equipamentos encerram, designadamente com a Economia Local, Termalismo e Ambiente, também aqui se optou por incluir diversas medidas relacionadas com esta temática noutras setores do Programa.

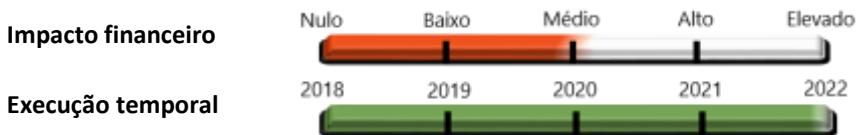
1.6.1. Linha do Oeste

Defender em todos os fóruns a importância estratégica da Linha do Oeste para o desenvolvimento desta Região, tanto no transporte de carga como de passageiros, batendo-nos pela sua requalificação também a norte e pela ligação direta a Lisboa.



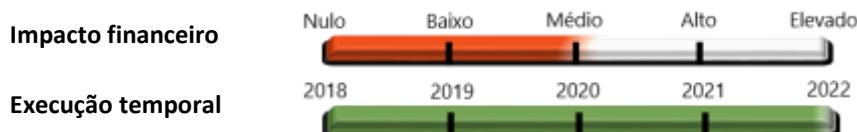
1.6.2. Urbanismo

1.6.2.1. Conservar e restaurar o património cultural edificado.



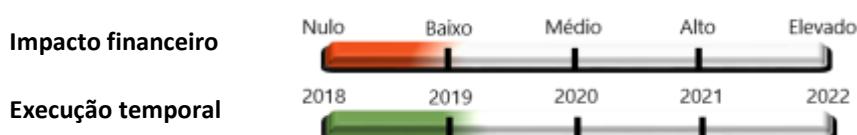
1.6.2.2. Requalificação das entradas viárias da cidade

A norte, através do Plano de Pormenor da Reta de Tornada, a sul, nascente e poente, com a criação de parque / zona verde nesta (frente do Cencal).



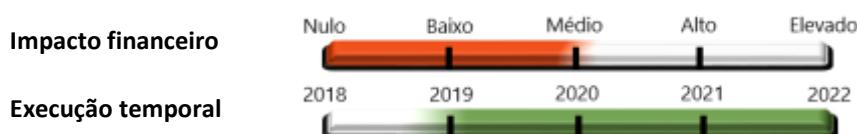
1.6.2.3. Substituição das estruturas das bancas da Praça da Fruta

Sem custos para os comerciantes. São pesadas e fazem demasiado ruído na montagem e desmontagem, com sérios incómodos para os moradores.



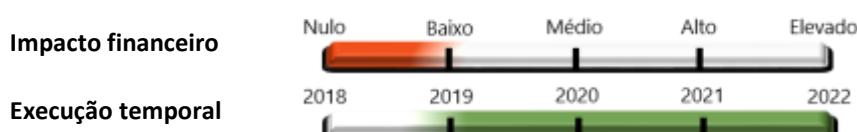
1.6.2.4. Mercado do peixe

Redimensionar a estrutura para a atual oferta e procura de peixe e requalificar o edifício para acomodar outras atividades, designadamente com a venda de produtos locais tradicionais, atividades artísticas, restauração e similares.



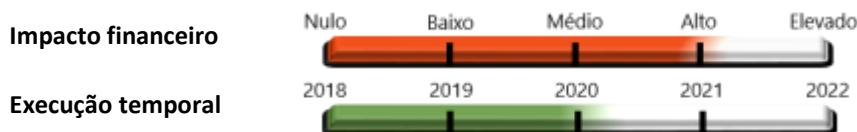
1.6.2.5. Mercado abastecedor

Renovar o atual mercado abastecedor, dotando-o de melhores infraestruturas aos comerciantes que o frequentam.



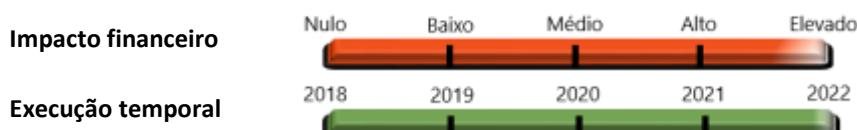
1.6.2.6. Concluir a circular externa das Caldas da Rainha

Uma obra há anos por concluir, que dará maior fluidez à circulação do trânsito na cidade.



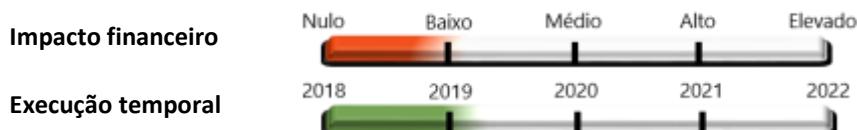
1.6.2.7. Renovar a EN 360 entre a cidade e Santa Catarina

Via de circulação estruturante, que atravessa o concelho de nascente a poente, é demasiado sinuosa, constituindo um forte entrave à ligação das freguesias de Santa Catarina e do Carvalhal Benfeito à cidade e, simultaneamente, um convite a uma estreita ligação destas à vila da Benedita. Por isso, é necessário renovar profundamente esta estrada com vista a diminuir significativamente o tempo das deslocações entre essas freguesias e a cidade e, por outro lado, aproximar-a aos moradores e aos agentes económicos da Benedita.



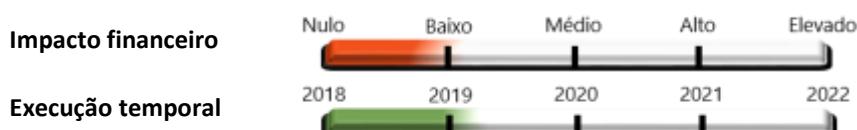
1.6.2.8. Nova estrutura de embarque para Rápidas e Expressos

Negociar com a Rodoviária do Oeste a criação de um novo terminal destinado ao embarque/desembarque da Rápida e Expresso, com quiosque, casa de banho e abrigo para passageiros, com condições para estacionamento dos utentes.



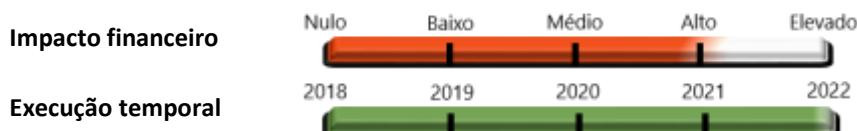
1.6.2.9. Nova zona de embarque para autocarros de turismo

Protocolar com Centro Hospitalar do Oeste a criação de uma zona para embarque/desembarque de passageiros de autocarros de turismo atrás do chafariz das 5 Bicas, com quiosque e casa de banho, permitindo o desembarque dos passageiros no centro da cidade, com estacionamento dos autocarros, de seguida, fora do centro, nomeadamente na zona de CIMOeste.



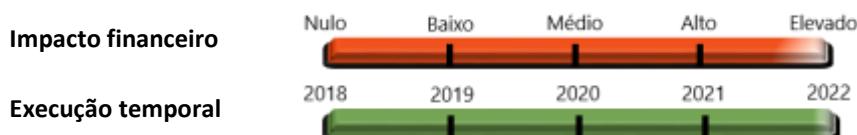
1.6.2.10. Execução da requalificação da frente marítima e lagunar

Conclusão deste projeto, que se encontra pendente há vários anos, que requalificará profundamente toda a frente marítima e grande parte da margem norte da Lagoa de Óbidos, dotando essa zona de maior atratividade visual e turística.



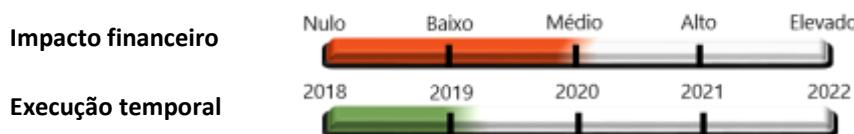
1.6.2.11. Conclusão da rede de saneamento básico no concelho

Nomeadamente na freguesia do Carvalhal Benfeito, onde praticamente não existe qualquer saneamento básico, o que é inadmissível 40 anos depois de instituído o Poder Local democrático em Portugal.



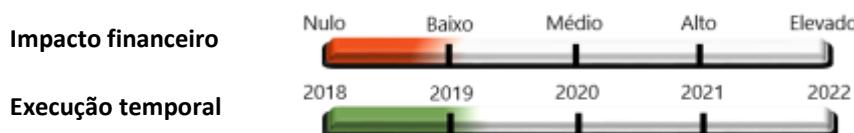
1.6.2.12. Construção de um Canil e Gatil Municipal

Obra crucial para a dignidade e qualidade de vida dos animais e para a saúde pública, eternamente adiada pelos sucessivos executivos camarários.



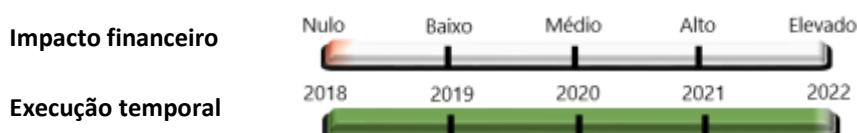
1.6.3. "GeoCaldas"

Criar uma aplicação informática para smartphone que permita os cidadãos interagir em direto com a Câmara Municipal, denunciando problemas e apresentando sugestões de resolução.



1.6.4. Comunicação institucional

Melhorar a comunicação da autarquia com a população, através das tecnologias já existentes e do desenvolvimento de momentos de encontro com a comunicação social e com a população. É do nosso entendimento que a relação entre autarquia e a comunidade deve ser da maior proximidade, abrindo a porta a novas propostas e ideias relevantes para a melhoria do concelho.



Nesta medida incluem-se:

- Nova página da internet, funcional, atrativa e ajustada às necessidades de interação;
- Criar estrutura de comunicação que informe os municípios de forma clara e objetiva. Esta estrutura ou método de comunicação permite partilhar

informação com a comunidade sobre a execução do programa e, por outro lado, a recolha de novas propostas e ideias, nomeadamente através da página na internet e da reunião periódica com a comunicação social para o efeito.

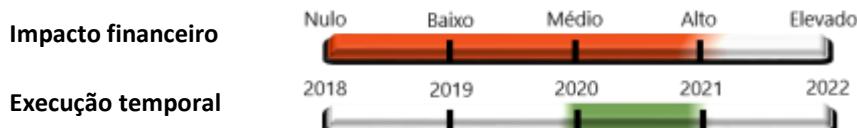
1.6.5. Bicicletas disponibilizadas gratuitamente à população

Equipamento disponível para as pessoas se servirem e devolverem, com vários pontos de entrega e recolha espalhados pela cidade.



1.6.6. Complexo funerário

Construção de um complexo funerário com condições adequadas às necessidades da população.



Eixo 2

TERMALISMO, SAÚDE E BEM-ESTAR

2. Termalismo, Saúde e Bem-estar

Um concelho com tradições na área da saúde, criado a partir do seu potencial termal, com instituições que caminharam a par com as melhores referências da saúde a nível nacional, tem visto no passado recente o seu património edificado fragmentado e o seu capital humano diminuído.

A par da saúde, também o ambiente contribui para o bem-estar das pessoas. Detendo ecossistemas ambientais riquíssimos, deve ser uma preocupação da autarquia preservar e valorizar este património natural, não só para a geração que hoje dele beneficia, mas também para as gerações futuras.

Por isso, a revitalização do termalismo e da saúde, associada à valorização ambiental, concorrem para o objetivo de melhorar as condições de vida e do bem-estar da população, constituindo um dos eixos principais assumidos por esta candidatura.

Deste modo, integram este eixo do Termalismo, Saúde e Bem-estar:

- Termalismo e Saúde
- Ambiente e Bem-estar

2.1. Termalismo e Saúde

A saúde e as Caldas da Rainha confundem-se no tempo. Esta cidade nasceu da saúde, mormente do termalismo, e cresceu disponibilizando um conjunto de serviços e cuidados dirigidos à saúde da população, sempre assente em projetos modernos e ambiciosos.

Não é possível imaginar as Caldas da Rainha sem um serviço de saúde responsável e acessível. Uma saúde para todos, próxima e abrangente.

A decisão do anterior Governo de encerrar o Hospital Termal - com mais de 530 anos de história – veio chocar com a história e vocação de uma cidade termal, com tradição na área da saúde e com ambição de voltar a oferecer serviços dignos a toda uma região.

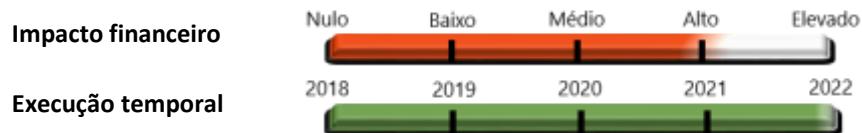
Por isso, pretendemos não apenas a reabertura das termas mas dotá-las de um projeto de expansão e de viabilidade económica do termalismo, com uma nova unidade hospitalar termal, mantendo, no entanto, alguma atividade hidrológica no atual Hospital Termal e no Balneário Novo.

Só assim as nossas termas poderão ser competitivas face às exigências de um termalismo contemporâneo, e, assim, cumprir não só a sua função clínica, mas também constituir uma forte alavanca para a economia local e regional, designadamente ao nível do comércio tradicional, restauração e hotelaria, com forte impacto turístico.

Por outro lado, é imperioso renegociar com o Estado os elevadíssimos encargos assumidos pela Câmara Municipal no âmbito dos protocolos da cedência da gestão do património termal.

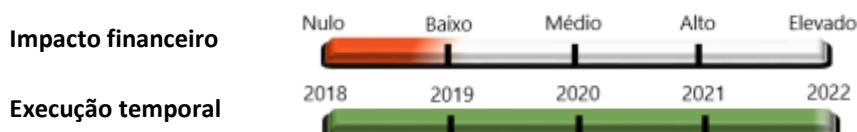
2.1.1. Projeto de Expansão e de Viabilidade Económica do Termalismo

Elaborar e executar um projeto de expansão do termalismo e respetiva viabilidade económica, com uma nova unidade hospitalar termal, mantendo, no entanto, alguma atividade hidrológica no atual Hospital Termal e no Balneário Novo, articulando ainda a água termal e os tratamentos termais com a praia, as águas da pocinha de Salir do Porto, o Parque, a Mata, e demais património.



2.1.2. Programa de Apoio ao Termalismo, Saúde e Bem-Estar (PATer)

Um programa ambicioso, mas realista, que promova a expansão e dinamização do termalismo nas Caldas, com interligação à regeneração urbana, requalificação ambiental e diversificação e descentralização da oferta cultural.



Nesta medida inclui-se, designadamente:

- Serviço de apoio ao alojamento local;
- Linha de financiamento protocolada com Banca e Sistema de Garantia Mútua, para apoio a micro e pequenas empresas com áreas de atividade com interesse para o termalismo;
- Promoção da marca “Caldas da Rainha Cidade Termal”.

2.1.3. Renegociar com a tutela os encargos para a CMCR

No âmbito dos protocolos de cedência da gestão do património termal. A Câmara Municipal assumiu compromissos financeiros de muitos milhões de Euros, nomeadamente com a realização de obras e pagamentos de rendas, valores que entendemos serem insuportáveis para a CMCR e que urge serem revistos.



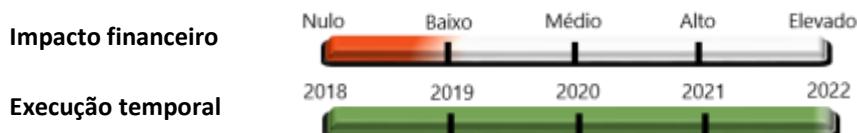
2.1.4. Criar um Conselho Municipal do Termalismo, Saúde e Bem-Estar

Um conselho constituído por figuras e instituições relevantes nestas temáticas, que produza contributos, ideias, projetos e análises necessárias à projeção de um concelho fortemente ligado ao termalismo e à saúde.



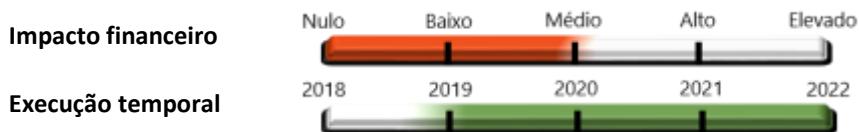
2.1.5. Pugnar pela criação de uma Unidade Local de Saúde

Idealmente do Oeste Norte, com um modelo de gestão com enfoque nos Cuidados de Saúde Primários, uma gestão clínica do utente assente na figura do médico-gestor e uma prestação e gestão integrada de todos os serviços, com interligação dos Centros de Saúde com os Hospitais, e, eventualmente, com as unidades de cuidados continuados e paliativos.



2.1.6. Criação de nova Unidade de Saúde Familiar (USF) em Tornada

Considerando que o espaço da atual USF se tem vindo a revelar exíguo e insuficiente para dar resposta à prestação dos cuidados de saúde.



2.2. Ambiente e Bem-estar

Um concelho termal exige uma cidade e todo o concelho mais harmoniosos, eliminando os focos de poluição ambiental que ainda existem, mesmo na cidade, e preservando e melhorando o acesso à fruição das nossas mais-valias naturais.

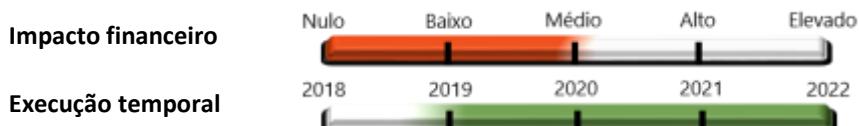
Mas o conceito de bem-estar não se esgota no lazer. Estende-se à vivência cultural e às artes, que são evidentemente uma das suas expressões, com ligação à rede museológica e à ESAD.

2.2.1. Requalificação da Lagoa

A Lagoa de Óbidos é um ex-libris regional e mesmo nacional. A sua fauna e flora, as suas características geográficas e o potencial económico e humano fazem deste monumento natural um ponto obrigatório na busca de melhor qualidade de vida e bem-estar, mas também com significativo interesse socioeconómico.

2.2.1.1. Criação de um centro de interpretação da Lagoa de Óbidos

A partir do qual seja possível divulgar, manter e proteger o ecossistema da lagoa. Em articulação com Óbidos e com outras entidades.



2.2.1.2. Execução da 2^a fase de desassoreamento da Lagoa

Exigir o início da execução da 2^a fase de desassoreamento da Lagoa o quanto antes, por imperativa necessidade de preservação do seu ecossistema.



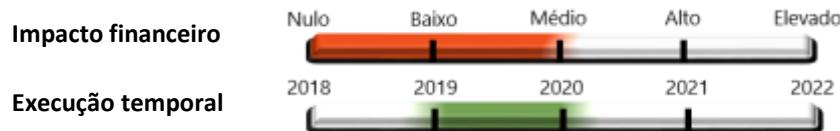
2.2.1.3. Valorização das atividades socioprofissionais relacionadas com a Lagoa de Óbidos

A Lagoa ainda continua a ser sustento de pescadores e mariscadores cujas atividades a Câmara Municipal deve acompanhar, preservar e valorizar, com respeito pelo equilíbrio desse sensível ecossistema.



2.2.1.4. Praia do Nadadouro

Criação de uma nova praia lagunar na freguesia do Nadadouro, na margem que confina com a Rua Eng. Luís de Paiva e Sousa, na zona da Encosta da Lagoa.



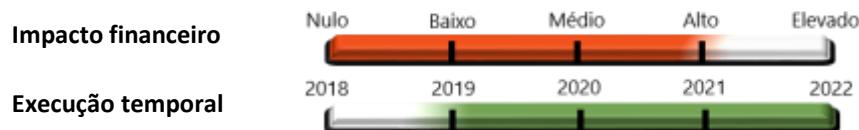
2.2.2. Paul de Tornada

Investimento na manutenção, promoção e integração em atividades educativas do Paul de Tornada, em parceria com a Associação Pato.



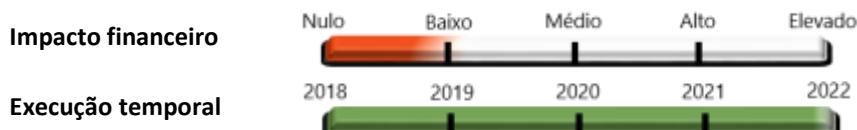
2.2.3. Reversão das ETARs

Requalificar as estruturas existentes, algumas delas obsoletas, melhorando a qualidade ambiental e a saúde pública.



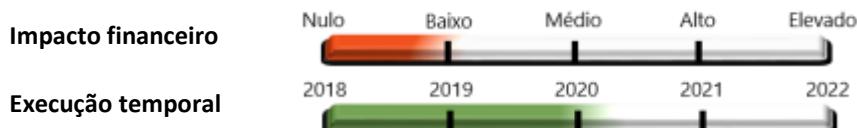
2.2.4. Melhorar a limpeza e asseio, em especial da cidade

Garantir serviços de qualidade na limpeza e asseio, sobretudo na cidade, onde se tem assistido a uma crescente sujidade das ruas, nomeadamente ampliando a rede de ecopontos e de oleões e reforçando a capacidade de recolha de resíduos indiferenciados em vários pontos da cidade e do concelho.



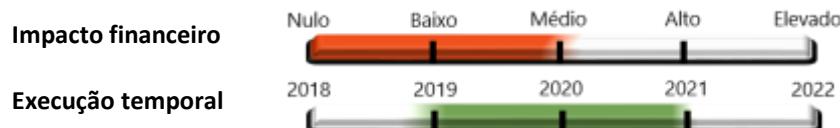
2.2.5. Priorizar a execução do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS)

Dando ênfase à diversidade modal, com recurso à utilização de modos suaves de circulação e consequente redução do impacto ambiental dos transportes poluentes.



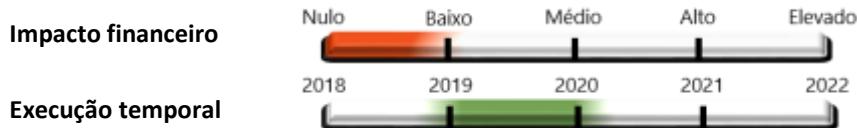
2.2.6. Ciclovia desde a rotunda do Caldas Internacional Hotel até ao Paul de Tornada

Criar uma ciclovia entre a rotunda do Caldas Internacional Hotel até ao Paul de Tornada, integrada no Plano de Pormenor da Reta de Tornada e respetiva requalificação dessa entrada norte da cidade.



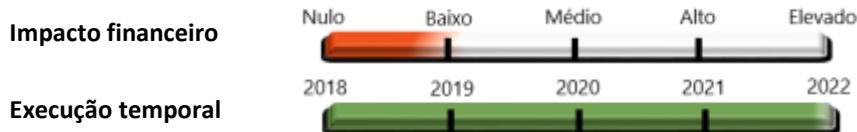
2.2.7. Corredor Verde

Criar um “corredor verde” desde cidade até ao Nadadouro, ao longo do “rio da Cal” com despoluição do rio e requalificação de toda a envolvente.



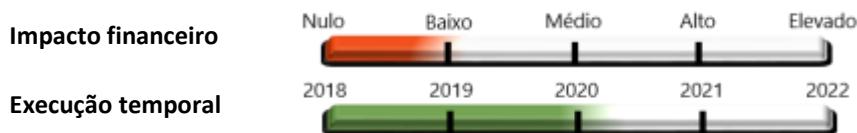
2.2.8. Promover comportamentos cívicos amigos do ambiente

Através dos meios disponíveis criar campanhas de sensibilização, incluindo nas escolas do concelho, entre outras medidas, para promover comportamentos de proteção do ambiente.



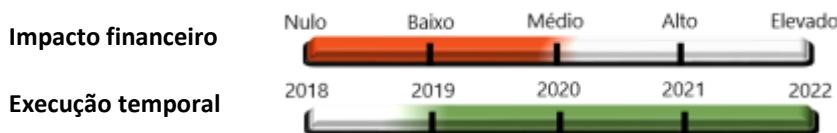
2.2.9. Pombal contraceutivo

Para controlar a população de pombos na cidade, afigurando-se um método simples e que não maltrata os animais.



2.2.10. Ambulância veterinária

Propor o estabelecimento de protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros (BVCR) para aquisição de ambulância veterinária, com formação em primeiros socorros caninos.



Eixo 3

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO

3. Valorização do potencial humano

“Para termos uma cidadania exigente e informada, melhores empregos, empresas mais produtivas e uma economia mais competitiva, temos de investir na cultura e na ciência, na educação e na formação ao longo da vida.”

António Costa, Primeiro-ministro, 25.12.2016

O investimento nas competências e qualificações das pessoas constitui um desígnio que nos propomos prosseguir, visando o envolvimento e a participação ativa de toda(o)s (as)os caldenses de modo a permitir uma cidadania consciente numa sociedade do conhecimento.

É nosso objetivo melhorar as condições das escolas do concelho e criar condições para as famílias se fixarem aqui, contribuindoativamente para o seu desenvolvimento.

Acresce que a Valorização do Potencial Humano é fundamental para melhorar as condições económicas, beneficiando de estruturas de saúde, ambiente e bem-estar adequadas, e com políticas sociais e do trabalho que contribuam para o equilíbrio social geral.

As empresas investem em concelhos onde tenham a certeza de poder beneficiar de recursos humanos qualificados e capacitados, que reúnam um conjunto de fatores de atratividade que uma câmara deve potenciar, dinamizar e desenvolver.

O eixo da Valorização do Potencial Humano é constituído por 6 domínios paralelos:

- Ação direta do município
- A educação
- A cultura

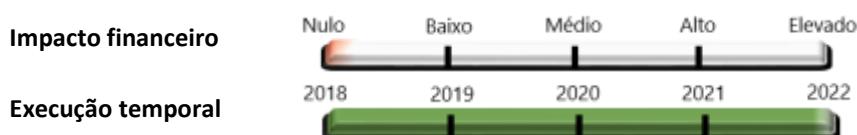
- O associativismo
- O desporto
- A juventude

3.1. Ação direta do Município

Através de medidas diretas do município, promover atividades ou ações que promovam a cidadania ativa e responsável dos municípios, contribuindo deste modo para uma capacitação coletiva e individual.

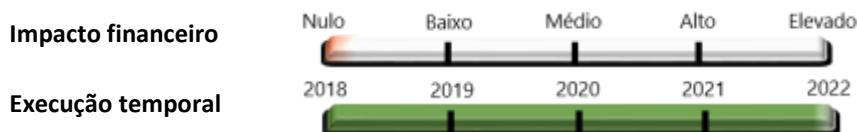
3.1.1. Promover a figura do provedor do município

Figura fundamental para o controlo da atividade da autarquia e prática corrente nos melhores modelos de gestão públicos.



3.1.2. Orçamentos participativos temáticos

Criar orçamentos participativos temáticos ao nível do Município e das freguesias, em áreas como a educação, a cultura, o desporto, a segurança e outras.



3.2. Educação

A Educação constitui o melhor processo de emancipação, de formação e de integração de cada cidadão, potenciando a construção de uma sociedade mais culta, desenvolvida, solidária, justa e crítica.

Cidadãos com níveis escolares e com formação profissional superiores garantem um tecido social e empresarial mais empreendedor e competitivo, capazes de gerar emprego, são um valor acrescentado e potenciam um desenvolvimento económico mais sustentável.

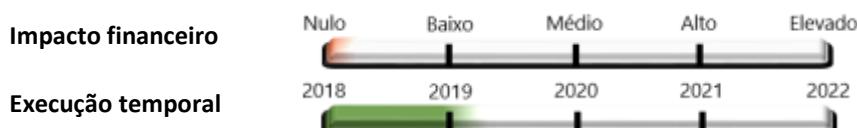
Este compromisso será a base das políticas que desenvolveremos, em colaboração com os agentes educativos.

Pretendemos promover o trabalho em rede entre os Agrupamentos de Escolas do concelho, de modo a que os seus projetos educativos sensibilizem os alunos do Pré-escolar ao Secundário no que respeita à Educação Ambiental, Multicultural, para a Saúde e para a Cidadania.

A educação é naturalmente uma prioridade em qualquer contexto, correspondendo a um direito fundamental de qualquer pessoa.

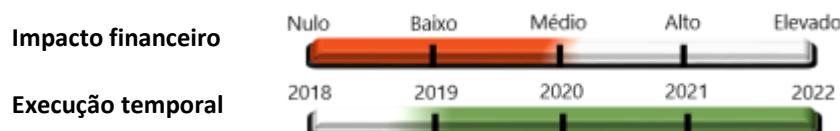
3.2.1. Concluir a revisão da Carta Educativa

Entendemos ser muito importante concluir a revisão da Carta Educativa do concelho, de modo a assegurar uma política municipal que adeque a oferta dos equipamentos escolares de competência municipal, envolvendo efetivamente a comunidade e todos os agentes educativos, garantindo a defesa da universalidade e gratuitidade da escola pública de qualidade.



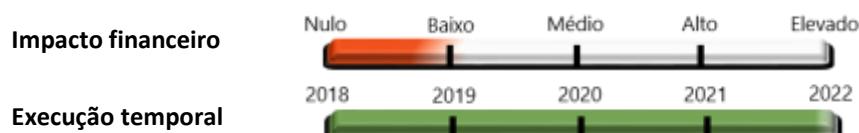
3.2.2. Promover um Centro de Ciência Viva

Vocacionado para os temas da água, ciências sociais e robótica, com vertente pedagógica, recreativa e turística. Recorrendo a financiamento nacional e europeu, o objetivo é criar uma estrutura que valorize a riqueza natural da região relacionada com as águas – Lagoa de Óbidos, costa marítima, praia de Salir do Porto, Paul de Tornada, Águas Termais.



3.2.3. Valorização dos recursos humanos

Em articulação com Ministério da Educação.



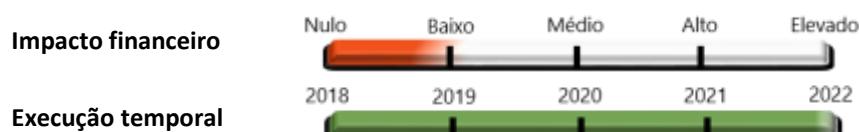
Nesta medida inclui-se:

- Maior articulação com os Agrupamentos de Escolas e com as Associações de País;
- Incentivar e promover a formação de profissionais da área do ensino pré-escolar e 1º ciclo em novas tecnologias, práticas pedagógicas inovadoras, e outras.

3.2.4. Melhorar os equipamentos escolares

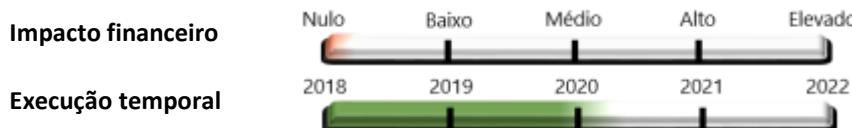
3.2.4.1. Dignificar os espaços escolares

Através do arranjo e da manutenção regular dos edifícios e das suas zonas verdes e a colocação de equipamentos desportivos, lúdicos e de sombra nos recreios; também em articulação com Juntas de Freguesia.



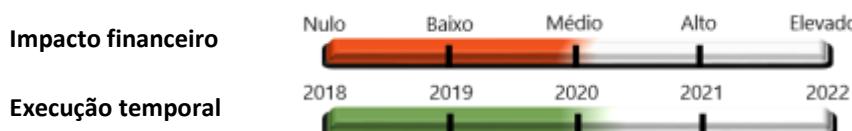
3.2.4.2. Exigir a requalificação da Escola Secundária Raúl Proença;

Uma vez que necessita de obras de restauro geral.



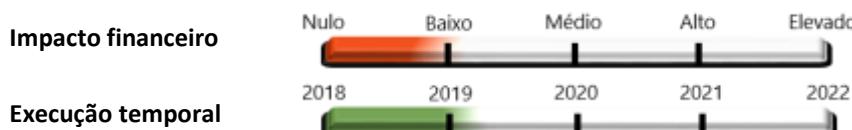
3.2.4.3. Requalificar a Escola EB1 do Parque;

Igualmente a necessitar de obras gerais de conservação.



3.2.5. Aumentar a segurança dos estabelecimentos de ensino

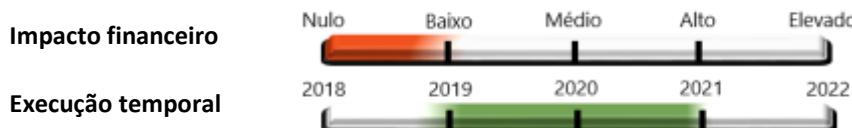
Através de melhor iluminação, sinalização de segurança rodoviária, estabelecimento de uma velocidade máxima de 30 km/h nas zonas das escolas, e realização periódica de simulacros.



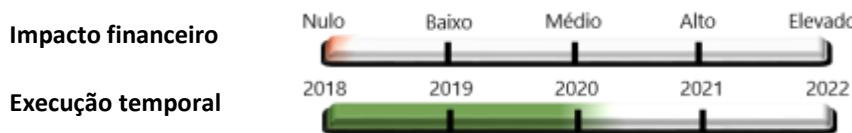
3.2.6. Renovação tecnológica

Renovar e aumentar os equipamentos informáticos e tecnológicos e alargar a oferta de software educativo, permitindo o desenvolvimento de competências tecnológicas.

3.2.6.1. Colocar quadros interativos em todas as salas em falta

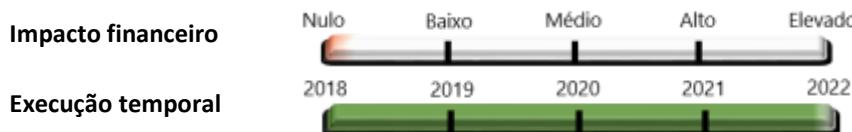


3.2.6.2. Criar uma rede de internet concelhia uniforme e disponível gratuitamente em todas as escolas do pré-escolar e 1º ciclo



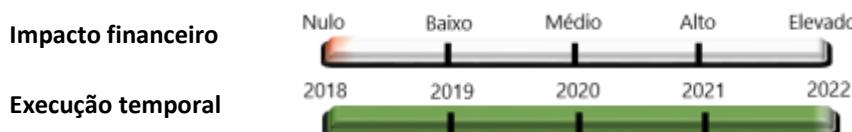
3.2.6.3. Facilitar a implementação de programas de aprendizagem inovadores

Apoiar o Ministério da Educação na aplicação e desenvolvimento de programas concelhios para a inovação da aprendizagem, com disseminação e utilização de conteúdos digitais.



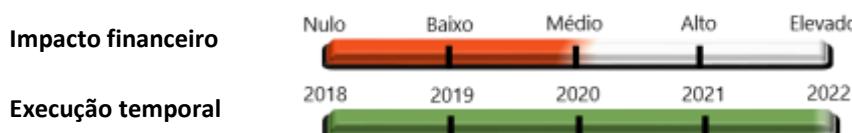
3.2.7. Abrir a cidade às escolas

Incentivar a participação ativa dos jovens através da sua contribuição para diagnosticar e resolver problemas do concelho, ouvir as suas ideias e permitir que desenvolvam projetos para a comunidade.



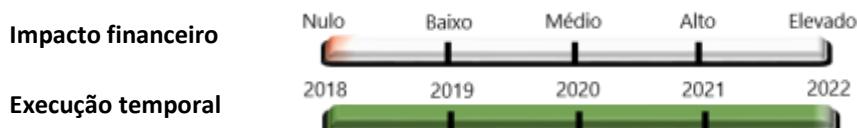
3.2.8. Integração de estudantes NEE

Assegurar as condições técnicas e humanas necessárias à integração e sucesso escolar das crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais.



3.2.9. Promoção de estilos de vida saudáveis

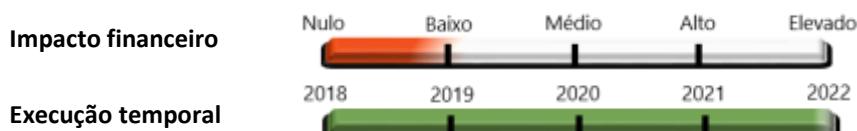
Em parceria com entidades públicas e privadas, com particular atenção no combate ao sedentarismo e obesidade nos jovens e na prevenção do consumo do tabaco, álcool e substâncias tóxicas.



3.2.10. Colaborar no combate ao abandono escolar

A qualidade da educação e formação prestada nas escolas e nos centros de formação é um aspeto essencial para a melhoria das condições de vida das pessoas.

Todavia, é necessário que o percurso escolar não seja interrompido precocemente, para o que pode a Câmara Municipal colaborar no combate ao abandono escolar com a promoção de diversas medidas inclusivas.

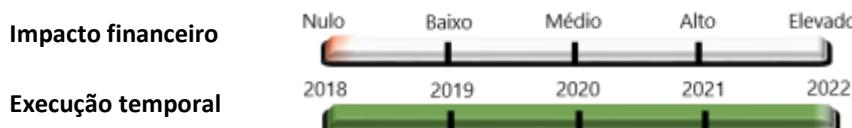


Nesta medida incluiu-se:

- Criar Equipas Multidisciplinares de apoio às escolas e famílias: equipas criadas com recursos humanos já disponíveis (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas, mediadores e/ou animadores sociais) que prestarão apoios a todas as escolas/agrupamentos;
- Promover percursos alternativos;
- Estimular e apoiar as escolas na oferta de cursos de educação e formação, cursos profissionais e educação e formação de adultos, que efetivamente permitam aos jovens potenciarem as suas aptidões;
- Estimular os estudos dos jovens. Participar no desígnio nacional de estimular os jovens no prosseguimento de estudos ou a aquisição de qualificações profissionais de nível secundário;
- Aumentar o número de bolsas para os estudantes carenciados, tanto para secundário como para ensino superior;
- Intervir diretamente junto de jovens “nem-nem”, que não trabalham e não estudam, com vista trazê-los de volta à escola, levando-os a desenvolver competências que melhorem a sua empregabilidade.

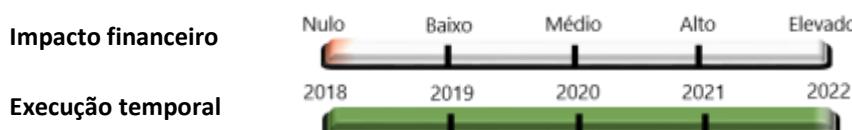
3.2.11. Maior proximidade da ESAD à cidade

Reforçar, ativamente, a ligação dos professores e alunos da ESAD à cidade e ao concelho, fomentando um sentimento de pertença da comunidade escolar às Caldas.



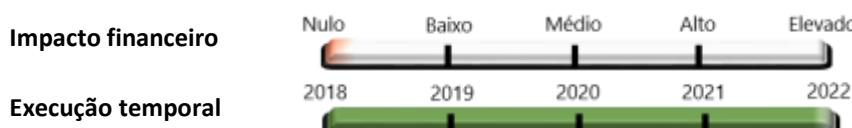
3.2.12. Banco de manuais escolares

Desenvolver e divulgar, em conjunto com as escolas e as comunidades educativas locais, um banco de fornecimento, troca e reutilização de Manuais Escolares.



3.2.13. Dinamizar o Conselho Municipal de Educação

Como uma estrutura de promoção da política educativa e dando expressão pública às suas atividades e deliberações.



3.3. Cultura

É um pilar essencial do desenvolvimento social e económico, uma vez que a qualificação, a criatividade e a inovação são hoje, cada vez mais, fatores fundamentais da competitividade.

Precisamos de uma estratégia global para a cultura assente num acesso democratizado à sua fruição e na criação e divulgação das marcas culturais existentes no concelho. E temos que desenvolver este trabalho em rede, com as Juntas de Freguesia, a fim de rentabilizarmos infraestruturas, nomeadamente através da dinamização das condições existentes no CCC, equipamentos e recursos humanos, estimulando, por outro lado, a coprodução.

É importante incentivar a criação de empresas de produção de conteúdos, proporcionando-lhes espaços que permitam, inclusivamente, a fixação no concelho dos alunos do Ensino Superior.

Um concelho culturalmente ativo, com ofertas gratificantes e promotoras de uma economia artística e cultural, contribui para a qualidade de vida geral e para um sentimento de identidade e de pertença que se tem perdido. A herança caldense para as gerações futuras deve continuar a ser única, mantendo o seu simbolismo irreverente e criatividade que sempre a caracterizou.

3.3.1. Conselho Municipal da Cultura

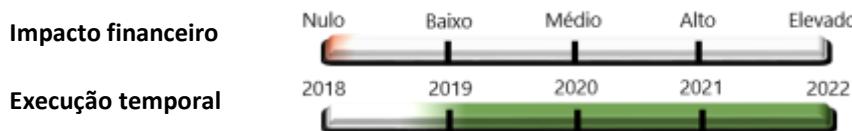
3.3.1.1. Criar o Conselho Municipal da Cultura

Com personalidades e instituições envolvidas nas mais diversas atividades culturais, que discuta a política cultural concelhia e sirva de espaço consultivo ao executivo camarário.



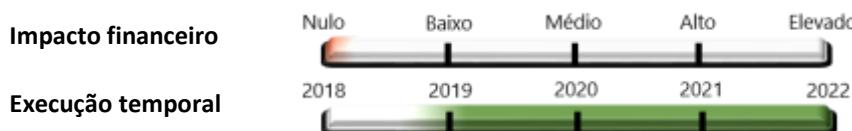
3.3.1.2. Criação e execução de um Recenseamento Municipal das Artes

No contexto do Conselho Municipal da Cultura, fazer um Recenseamento Municipal das Artes, por forma a criar a Carta Cultural do concelho. Pretende-se conhecer exaustivamente as condições existentes e a dimensão artística e cultural do concelho em várias áreas, como sejam a Pintura, Escultura, Cerâmica, Ilustração, Arte Plástica, Joalharia, Teatro, Vídeo, fotografia, Design Gráfico, Serigrafia, Artes Digitais, Artesanato, entre outras.



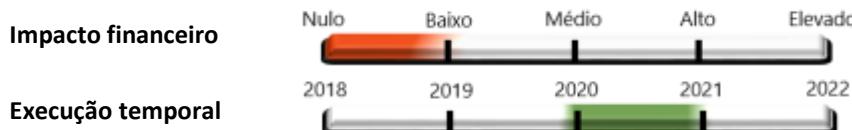
3.3.1.3. Carta Cultural

Realizado o Recenseamento, criar uma Carta da Cultural concelhia que mapeie as atividades, as potencialidades e os recursos disponíveis.



3.3.1.4. Criação do Observatório das Artes e do Audiovisual

Criar um observatório permanente que mantenha atualizados os dados sobre artistas, artesãos e equipamentos existentes.

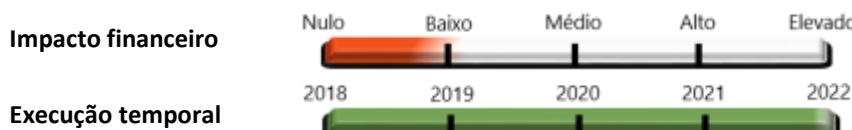


3.3.2. Cedência, Criação ou Facilitação de espaços oficiais

Aproveitar edifícios devolutos onde possam ser desenvolvidas atividades artísticas e, simultaneamente, criar um espaço dinâmico onde possam decorrer debates, trocas de ideias, exposições e outras experiências.

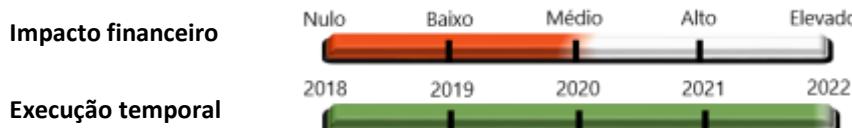
3.3.2.1. Espaços para artesãos e artistas

Aproveitar edifícios devolutos para criação de oficinas artísticas/ateliêrs, abertos ao público, incluindo para novas formas de arte, como seja o grafitti.



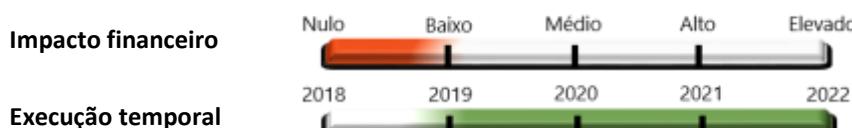
3.3.2.2. Estúdios

Criar um polo de produção cultural com estúdios de ensaio, de gravação musical, vídeo, fotografia, video mapping, entre outros.



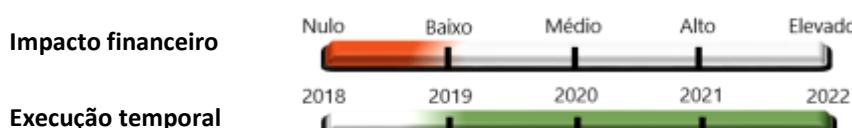
3.3.3. Conteúdos audiovisuais para a cultura

Estimular a produção de conteúdos audiovisuais que fomentem o gosto pela cultura, incluindo filmes promocionais para apresentar em escolas, cartazes e outros produtos inovadores.



3.3.4. Reforçar os incentivos à produção artística

Definindo novos modelos de parceria com os criadores e produtores culturais, através de residências artísticas ou prémios para trabalhos desenvolvidos no contexto de concursos temáticos.



3.3.5. Eventos culturais

Atrair para o concelho eventos culturais de dimensão nacional e internacional e consolidar os que já existem, com preocupação pela diversificação da oferta cultural.

3.3.5.1. Fomentar e consolidar a “Caldas Capital do Humor”

Ideia já difundida na anterior candidatura do PS, em 2013, e que mantém atual a sua pertinência.



Nesta medida inclui-se, nomeadamente:

- a) Potenciar mais a ligação de Bordalo Pinheiro à cidade;

- b) Manter eventos como o World Press Cartoon e promover festivais humorísticos.

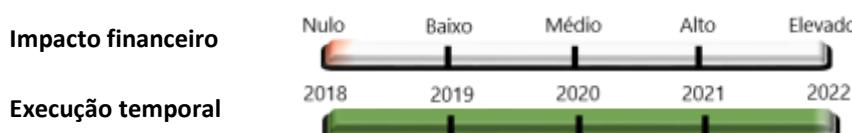
3.3.5.2. Descentralizar a oferta cultural

Criar redes de itinerância concelhia, em articulação com as Juntas de Freguesia e associações.



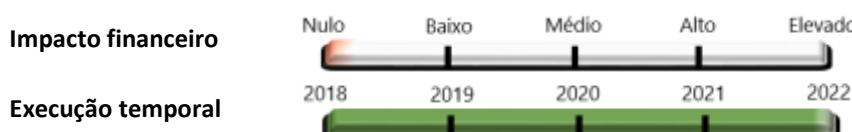
3.3.6. Estimular a criação de empregos culturais

Tanto no setor privado como no setor social, criando empregos diretamente relacionados com a atividade cultural.



3.3.7. Facilitar o acesso de estudantes aos equipamentos culturais do concelho

Entendemos ser possível e desejável um acesso mais facilitado aos museus locais por parte de estudantes para aí exporem e realizarem atividades. De teatro, som e imagem, design e artes plásticas.



3.3.8. Reavaliação do modelo de gestão para o CCC

Mais utilização dos espaços do CCC pelas entidades locais para a realização das suas atividades. Maior diversificação de atividades culturais, procurando dar resposta o mais abrangente possível aos diferentes interesses culturais da população.



3.3.9. Novos caminhos da cerâmica

Potenciar a cultura e história da cerâmica das Caldas da Rainha e criar novos percursos turísticos e culturais relacionados com a cerâmica artística e de autor caldense.



3.4. Associativismo

Uma outra perspetiva de valorização do potencial humano é apostar no associativismo, com tão grande expressão e tradição entre nós. O Movimento Associativo assume uma importância decisiva no desenvolvimento social do nosso concelho em diversas áreas socioprofissionais, culturais e desportivas.

Acresce a relevância que a Economia Social tem no desenvolvimento comunitário, na empregabilidade e o impacto que tem no bem-estar geral.

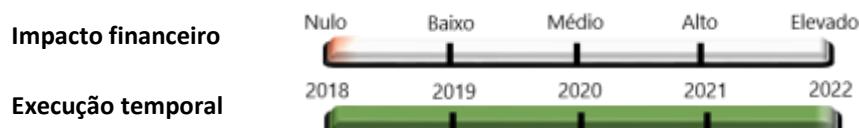
Entendemos que a Câmara Municipal deve ser um parceiro estratégico fundamental no desenvolvimento de dinâmicas que melhoram a participação ativa da população do concelho.

As associações devem beneficiar de apoios gerais às suas atividades, mas também ao nível contabilístico, técnico, de formação dos dirigentes, e no estabelecimento de parcerias que criem redes entre si.

O associativismo, nomeadamente ao social, cultural, recreativo e desportivo, é um pilar do desenvolvimento moral e ético de qualquer pessoa e deve ver a sua ação reconhecida.

3.4.1. Fórum anual associativo

Criar um Fórum Anual para definir as principais linhas estratégicas de intervenção do Município no associativismo e no contexto da Economia Social.

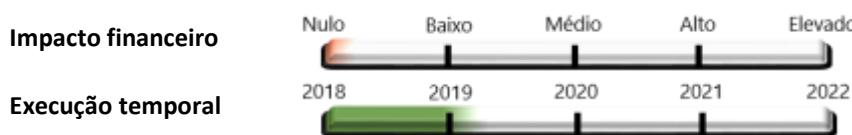


3.4.2. Balcão de Apoio ao Associativismo

3.4.2.1. Criar um Gabinete de Apoio ao Associativismo

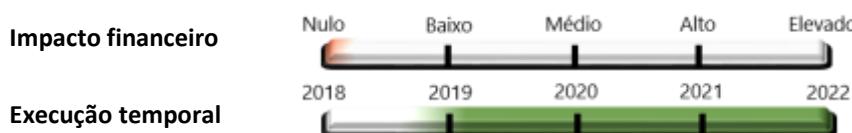
Com valências de apoio jurídico, contabilístico, na instrução dos processos conducentes à criação de novas associações e desenvolvimento de projetos, que coordene e desenvolva atividades relacionadas com o associativismo.

Que dê acesso direto e prioritário aos dirigentes associativos para a gestão de assuntos quotidianos relacionados com as suas associações. Este gabinete serve de estrutura de suporte para a articulação com as várias associações nas suas diversas áreas de intervenção.



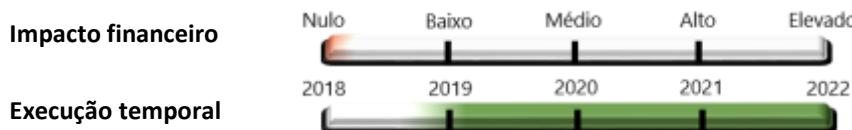
3.4.2.2. Implementar o Cartão do Dirigente Associativo

Um cartão que proporcione incentivos à participação na vida associativa e facilite o acesso a serviços e produtos, premiando a iniciativa cívica.



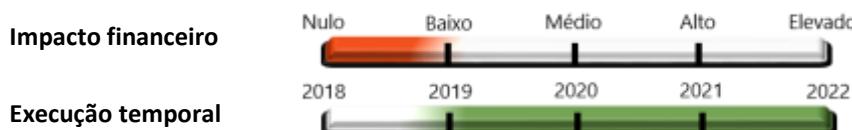
3.4.2.3. Formação para novos dirigentes associativos.

Com a colaboração das várias entidades, promover iniciativas de formação dirigidas a áreas da gestão, contabilidade, recursos humanos, inclusão, apoios sociais, ética, entre outras.



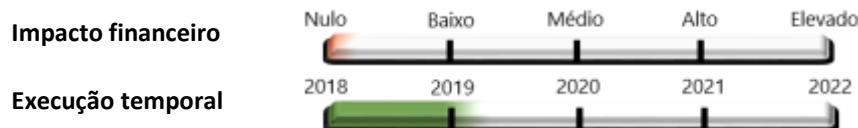
3.4.3. Associativismo juvenil

Levar às escolas jovens envolvidos em atividades culturais a falar sobre o que fazem e a sua importância; promover uma rubrica do Orçamento Participativo Jovem para associações juvenis; promover formações dirigidas a jovens para desenvolvimento dos seus projetos.



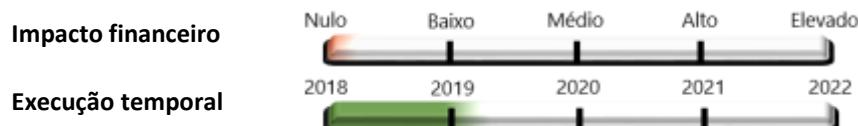
3.4.4. Regulamento Municipal de Subsídios Gerais às Associações

Criar um Regulamento Municipal que regule de forma clara, objetiva e transparente os critérios de atribuição dos subsídios gerais anuais concedidos às Associações do concelho.



3.4.5. Materializar a fusão da ADIO, CulturCaldas e ADJCR

Medida que já foi inclusivamente objeto de uma recomendação da Assembleia Municipal, no final de 2015, mas nunca materializada, e que se nos afigura trazer benefícios financeiros na gestão dos recursos camarários.



3.5. Desporto

Nos últimos anos a dinâmica associativa nas Caldas da Rainha tem estado bloqueada no que diz respeito ao acesso à prática desportiva regular e continuada, e no número e qualidade de infraestruturas desportivas municipais. A política desportiva não tem conseguido responder às atuais necessidades da maioria da população, nem às crescentes dificuldades sentidas pelos clubes/associações.

Para o PS, um Desporto que envolva as populações e os seus agentes é o garante de uma sociedade desenvolvida e igualitária.

Por isso, queremos um rumo diferente para o Desporto nas Caldas da Rainha, promovendo uma política de acesso à prática desportiva que valorize a sua função formativa, a beneficiação das instalações desportivas das associações, com especial relevo às que permitam a formação e a prática alargada de modalidades desportivas variadas, e a rentabilização dos recursos existentes.

Pretendemos clarificar os critérios de atribuição de apoios financeiros regulares destinados às associações desportivas/clubes para promoção do acesso à prática do Desporto e reforçar os apoios à recuperação e beneficiação das instalações desportivas em degradação, à aquisição de viaturas e de equipamentos.

3.5.1. Reativar o Conselho Municipal de Desporto

Com a participação dos agentes desportivos do concelho, de modo a definir uma política clara, rigorosa e equitativa.



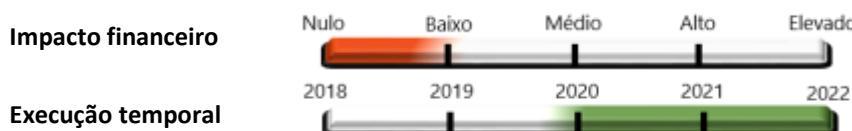
3.5.2. Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo

Em articulação com o Movimento Associativo Desportivo, as Juntas de Freguesia, as Escolas e outras entidades, que inclua a Carta Desportiva Municipal.



3.5.3. Acesso facilitado ao desporto e à atividade física

Promover o acesso generalizado da população à prática desportiva de qualidade.



Nesta medida inclui-se:

- A realização de atividades e programas desportivos específicos de promoção de vida ativa e saudável para todas as faixas etárias, com especial incentivo à população juvenil e à mais idosa;
- A promoção de ações dirigidas ao reforço da participação e formação de dirigentes, técnicos, praticantes e demais agentes desportivos;
- A requalificação das Instalações Desportivas degradadas;
- A adaptação destas instalações a novas funcionalidades desportivas, privilegiando a rentabilização conjunta do associativismo desportivo e da comunidade local;
- A adequação dos instrumentos de planeamento da gestão do território para a integração de novas áreas destinadas a equipamentos desportivos;
- A Coordenação de um Roteiro de Caminhadas com o envolvimento das Associações, em que seja divulgado o património cultural e ambiental.

3.5.4. Novo Regulamento Municipal de Financiamento da Atividade Desportiva

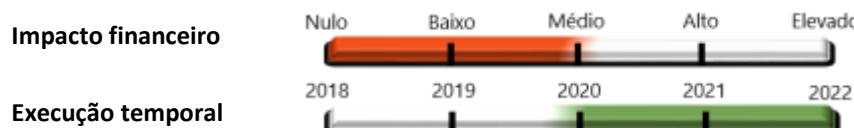
O atual Regulamento é muito antigo e precário.

É necessário criar um novo Regulamento Municipal que regule de forma clara, objetiva e transparente os critérios de atribuição dos apoios concedidos às associações desportivas/clubes do concelho, considerando, designadamente, as dinâmicas apresentadas, número de atletas e nível de competição (no caso do desporto federado).



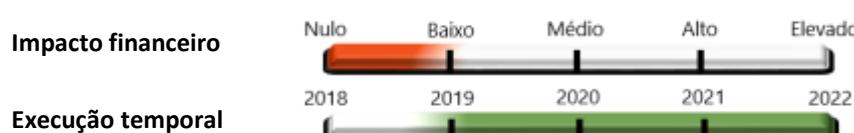
3.5.5. Aumentar as verbas atribuídas ao Associativismo Desportivo

No âmbito dos programas de apoio, nomeadamente: apoio à requalificação e beneficiação de instalações, à aquisição de viaturas e de equipamento.



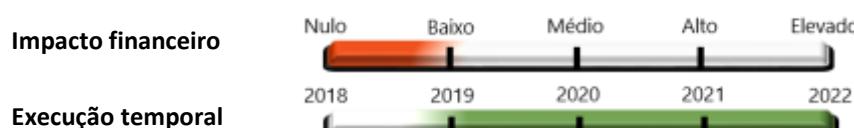
3.5.6. Encontro anual concelhio de Ginástica

Promovido pela Câmara em parceria com as coletividades e escolas do concelho.



3.5.7. Realizar “Encontro dos Jogos Tradicionais”

Encontro anual, envolvendo as diferentes coletividades do concelho, de modo a proporcionar um convívio entre diferentes gerações.



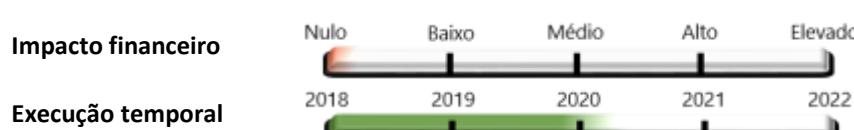
3.5.8. Desporto adaptado

Promover o desporto adaptado, organizando encontros das diversas modalidades.



3.5.9. Estudar a atividade física dos municípios

Estabelecer protocolos com estabelecimentos de Ensino Superior para monitorizar os impactos da atividade física na vida dos municípios.



3.6. Juventude

A juventude, ainda que pontualmente alvo de um ou outro compromisso efémero, tem sido descurada por este executivo camarário.

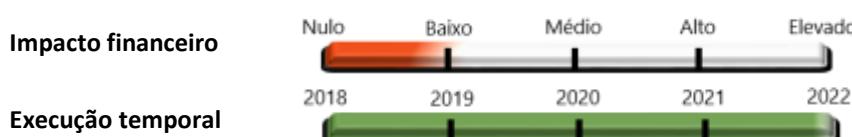
As infraestruturas existentes surgiram em momentos únicos, desenquadrados de uma política coerente e articulada.

Creemos que deve ser feito um investimento urgente em políticas para a juventude, que criem condições de atratividade para que os nossos jovens se mantenham no concelho e para que se sintam preparados para um mundo global e tecnológico.

As mais recentes políticas para a juventude assentam em três pilares principais: qualificação e empregabilidade dos jovens; desenvolvimento pessoal e bem-estar, e fixação de jovens e criação de emprego. Esta candidatura, com base nestes pilares, pretende dinamizar a participação dos jovens criando estruturas que facilitem o desenvolvimento de todo o seu potencial, de forma participada, aproveitando os seus próprios contributos e ideias para melhorar o seu bem-estar.

3.6.1. Portal "Jovem.CR"

Criar um portal de internet específico para jovens dos 10 as 24, com toda a informação sobre o concelho, com uma agenda cultural e informações relevantes sobre a economia, história e geografia locais dirigidas a conteúdo académico e escolar - do 1º ciclo ao ensino superior.



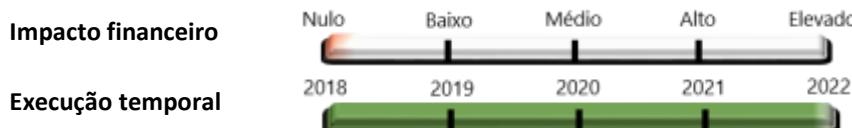
Nesta medida inclui-se:

- Criar uma aplicação relacionada com o portal;
- Criar uma revista em formato informático com notícias sobre o concelho, entrevistas a jovens, eventos e ofertas;

- c) Bilhetes Jovem.CR: bilhetes para atividades culturais mais baratos e devidamente divulgados, em especial nas escolas, obtidos a partir dessa aplicação informática.

3.6.2. Jovem.CR + Ativo

Ter mais de 50% dos jovens em atividades extracurriculares fora do contexto escolar. Com foco no desenvolvimento de competências transversais e na promoção da participação ativa e do envolvimento dos jovens.



Nesta medida inclui-se:

- Realizar um levantamento exaustivo das diversas atividades realizadas no concelho, ou com participação de jovens do concelho;
- Criar uma base das atividades no concelho: desportivas, culturais, escuteiros, ranchos, voluntariado, entre outras;
- Divulgar nas escolas as diversas atividades, nomeadamente através de feiras no início do ano letivo.

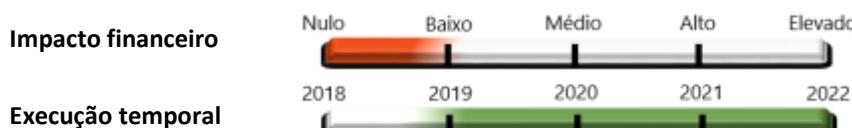
3.6.3. Fomentar o contacto de jovens empreendedores com investidores

Proporcionar oportunidades para jovens empreendedores darem a conhecer a investidores os seus projetos e obterem o respetivo financiamento para a sua concretização e desenvolvimento ou estabelecerem parcerias.



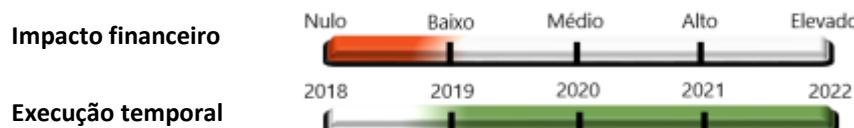
3.6.4. Campeonato Jovem.CR

Criar uma competição concelhia com vários desportos e atividades - as "Olimpíadas Jovem.CR", com eliminatórias a realizar nas várias sedes de freguesia e atribuição de medalhas e prémios. Por exemplo: futebol de 7, futsal, voleibol, atletismo, badminton, artes marciais, jogos de PC ou consolas, *skate*, BTT, pintura, dança, música.



3.6.5. Festivais Jovem.CR

Criar um festival de música e outro de artes performativas dirigidos a jovens artistas, com a possibilidade de se internacionalizar.



Nesta medida inclui-se:

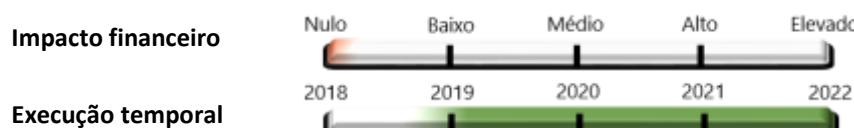
- Festival/concurso de música, com espetáculo final no CCC, e eliminatórias em vários pontos do concelho;
- Festival de teatro/standup comedy/artes circenses, com atividades de rua.

3.6.6. Aproveitar espaços sem uso para jovens criativos (projeto piloto)

Projeto Piloto entre a Câmara Municipal, proprietários de Lojas que se encontram fechadas e jovens criativos, com arrendamentos por prazos muito curtos, rendas muito baixas e flexibilidade de cessação, com garantia da Câmara Municipal.

Destinado exclusivamente à criação artística.

Promove dinâmica cultural, ajuda a divulgação de jovens artistas locais com poucos custos para estes, e dá visibilidade aos imóveis, na ótica da sua colocação em mercado por parte dos seus proprietários.



3.6.7. Ressuscitar o Conselho Municipal da Juventude

Ressuscitar o Conselho Municipal da Juventude como base principal para construir políticas de juventude, porque estas só se podem construir se se souber o que os jovens precisam.

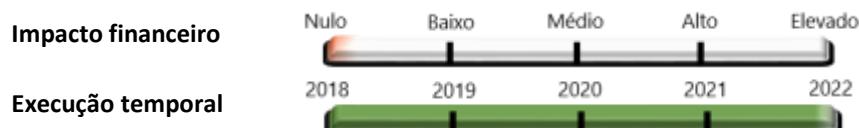
O Conselho Municipal deve ser um organismo de consulta e ser o mais abrangente possível, envolvendo as diversas organizações e associações estudantis caldenses.



3.6.8. Dar ênfase ao Centro da Juventude

O Centro da Juventude, face ao financiamento camarário, não cumpre com o seu principal objetivo, que é permitir o acesso dos jovens a ferramentas pedagógicas e culturais para o desenvolvimento dos seus projetos, coletivos e/ou individuais.

O Centro da Juventude deve ser o centro embrionário das organizações juvenis concelhias; aí devem poder revindicar todos os meios e informações de que necessitam.



Eixo 4

POLÍTICAS SOCIAIS E DO TRABALHO

4. Políticas sociais e do trabalho

Havendo um investimento na economia, nomeadamente na criação de condições para o estabelecimento e criação de empresas e negócios, este deve ser acompanhado por políticas sociais e do trabalho adequadas.

A Câmara deve criar as condições ideais para as/os municíipes poderem trabalhar, sendo em simultâneo um eixo agregador, dinamizador e potenciador de uma rede social eficiente e solidária, que não se baste com o mero assistencialismo.

Só um concelho dinâmico consegue atrair população jovem, criando-lhes oportunidades de emprego e de autoemprego, bem como de formação profissional.

É decisivo desenvolver uma metodologia personalizada e de proximidade com as/os jovens e com a população desempregada, potenciando o desenvolvimento do concelho pela retenção de massa crítica.

Este eixo divide-se em 3 tipos principais de medidas:

- Ação direta do Município
- Plano Municipal para o Emprego
- Intervenções na área da saúde

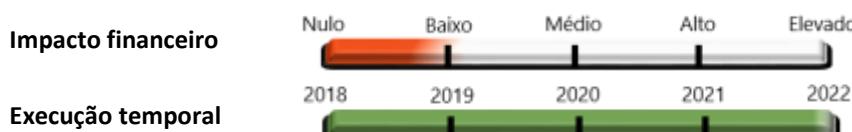
4.1. Ação direta do Município

Uma instituição como a CMCR deve ter um papel intervencivo na sociedade, assente em valores humanistas e potenciadores das capacidades das pessoas.

Se, por um lado, a CMCR pode intervir diretamente através de fundos de apoio, tem também a possibilidade de agir de forma indireta, planeando e cooperando com a ação das diversas instituições locais.

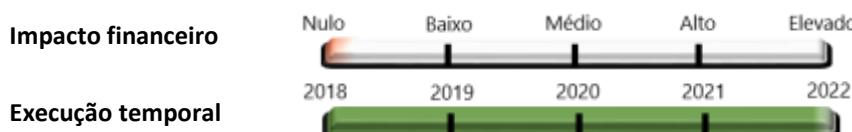
4.1.1. Fundo de Emergência Social

Regulamentar e dar a conhecer à população a existência do Fundo de Emergência Social, uma conquista dos vereadores do PS, em 2011. Envolver as instituições do concelho, em especial da área social, na sinalização e acompanhamento de cidadãos potencialmente beneficiários deste Fundo, em articulação com os serviços sociais da Câmara.



4.1.2. Rede social eficiente e aposta em políticas do trabalho

Consolidar uma rede social eficiente, com foco na criação de emprego, num modelo personalizado e de proximidade com a população carenciada, em especial a mais idosa, mas também com os jovens e com a população desempregada.



4.1.3. Constituir o Conselho Municipal para o Emprego e Formação Profissional

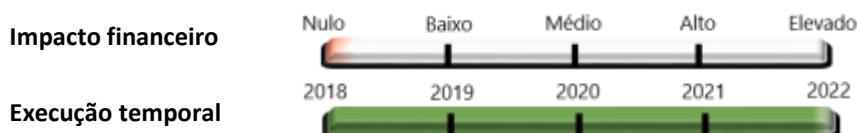
Que terá na Câmara Municipal o seu promotor e reunirá entidades locais públicas, do setor social e privadas, tendo, como uma das suas principais competências, a elaboração do Plano Municipal para o Emprego.





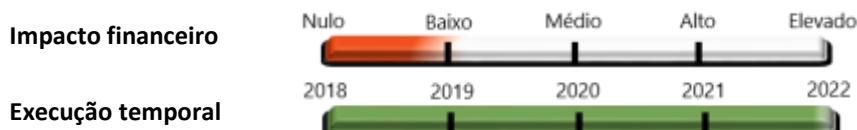
4.1.4. Prémio não financeiro de boas práticas de empresa em política social

Criar um prémio de boas práticas sociais no âmbito do emprego e da promoção da responsabilidade social, promovendo práticas importantes de empresas que sirvam de exemplo. Simultaneamente estas empresas serão convidadas a integrar mecanismos consultivos da câmara para políticas da área.



4.1.5. Boas práticas na área da inclusão

Criar um plano atualizado de acessibilidade e mobilidade que integre iniciativas que permitam a pessoas com incapacidades ou limitações físicas acederem e circularem em espaços e equipamentos públicos.

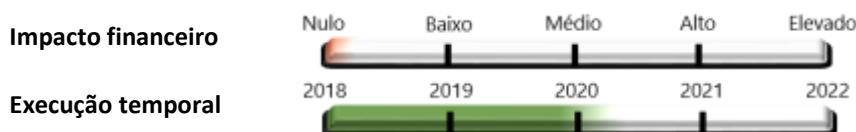


4.2. Plano Municipal para o Emprego

Criar e aplicar um plano, bem delineado, que reflita a realidade atual do concelho e que integre uma prospecção necessária para um futuro mais sustentável.

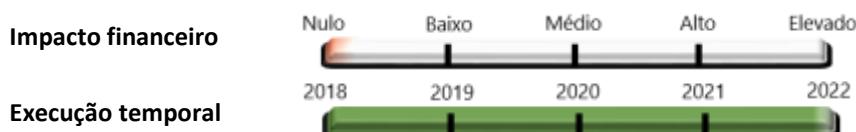
4.2.1. Levantamento de necessidades

Inquirir empresas e entidades sobre as suas necessidades em termos de recursos humanos e orientar a formação profissional e escolar para responder essa procura. Em colaboração com as várias entidades públicas e privadas do concelho.



4.2.2. Colaborar com os Centros Qualifica

Na valorização das habilitações e no reconhecimento das competências dos caldenses.



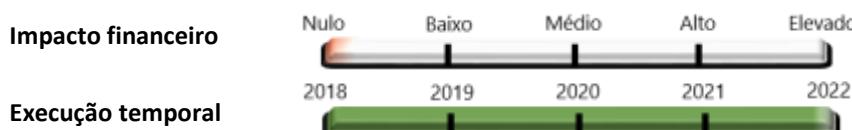
4.2.3. Serviços de orientação para a inserção de jovens na vida ativa

Realizado com o apoio das escolas, através da organização e reforço de recursos humanos. Criando, inclusive, um espaço de apoio específico no contexto do Centro da Juventude e que tenha capacidade de intervir nas várias freguesias do concelho.



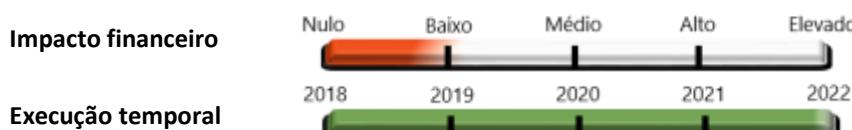
4.2.4. Oferta formativa contextualizada

Estabelecendo redes com o tecido empresarial local, visando acordos partilhados de colaboração, de modo a que as expetativas dos jovens possam encontrar, no concelho, as respostas necessárias e, simultaneamente, contribuam para o desenvolvimento e qualidade do trabalho. Neste contexto, promover formação básica em gestão e empreendedorismo, com forte componente ética, perseguindo o objetivo do desenvolvimento da cidadania responsável e participada.



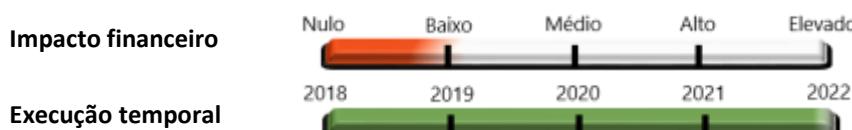
4.2.5. Criar o Projeto Intergeracional

Para valorização das profissões, mais focado na cerâmica, em conjunto com artesãos, podendo-se estender a outras profissões (designadamente no âmbito da agricultura), proporcionando aos jovens oportunidades de conecerem estas profissões, assim como de desenvolverem competências através da partilha com os mais velhos.



4.2.6. Criar o Laboratório de Ideias Sustentáveis

Estrutura da qual poderão nascer intervenções sustentadas e sustentáveis com base numa cultura de parcerias para uma cidade saudável. O laboratório será formado por um conjunto de pessoas de reconhecidos méritos na intervenção cívica, cultural, no empreendedorismo e na responsabilidade social. Os objetivos desta estrutura são encontrar soluções inovadoras e adequadas à realidade local, num trabalho conjunto com o Conselho Municipal para o Emprego e Formação Profissional e com o Gabinete de Planeamento e de Projetos.



Nesta medida inclui-se:

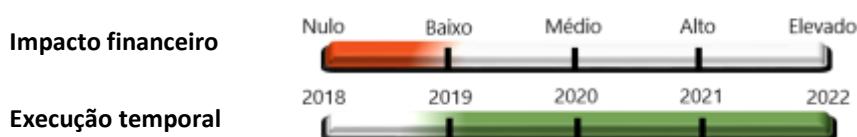
- Dinamizar anualmente uma feira das profissões e do emprego;
- Criar e dinamizar o “clube dos empresários”;
- Promover a figura de mediadores para o emprego (em articulação com a Segurança Social e com o IEFP - Centro de Emprego)

4.3. Intervenção na área da saúde

Enquadrado nas políticas sociais, desenvolver atividades dirigidas à prevenção que incrementem melhoria da qualidade de vida e do bem-estar.

4.3.1. Apoio social a situações crónicas de saúde

Organizar os serviços no sentido de darem resposta às necessidades de pessoas com carências económicas e problemas crónicos de saúde, tentando minimizar os impactos negativos resultantes de situações de saúde adversas, através de medidas como a redução na fatura de serviços municipalizados (água e saneamento) ou o apoio na aquisição de ortóteses ou de próteses, entre outras.



4.3.2. Protocolo com instituições sociais e serviços de saúde

Protocolar com instituições sociais do concelho e serviços de saúde, CHO e ACES Oeste Norte, apoios no transporte e deslocação de profissionais de saúde junto à comunidade para consultas, pensos e visitas de aconselhamento e preparação da medicação semanal, entre outras iniciativas com enfase na saúde.



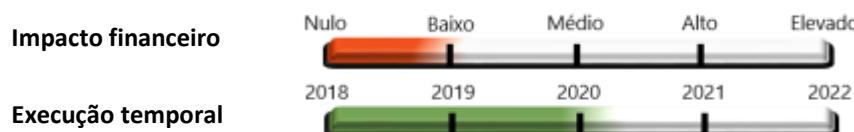
4.3.3. Formação de parentalidade positiva

Implementar programas de formação dirigidos a pais, centrados no papel fulcral que os pais têm na formação cívica e pessoal das crianças.



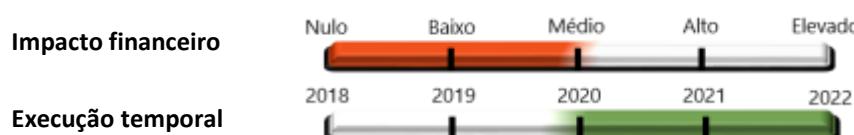
4.3.4. Fraldário

Criar em vários locais do concelho fraldários que permitam às famílias melhor gestão do tempo e de recursos.



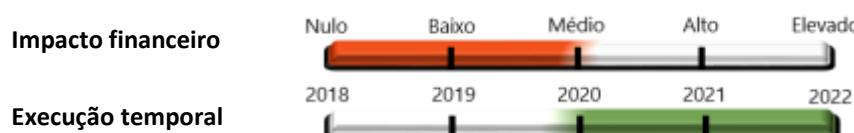
4.3.5. Pagamento das vacinas não comparticipadas pelo SNS

Preparar um programa de vacinação infantil que disponibilize as principais vacinas não comparticipadas no Programa Nacional de Vacinação.



4.3.6. Comparticipação de medicamentos de idosos carenciados

Comparticipar as despesas com medicamentos de idosos economicamente mais carenciados residentes no concelho.



Eixo 5

**AGRICULTURA E O
MUNDO RURAL**

5. Agricultura e o mundo rural

Caldas da Rainha é um concelho marcadamente rural onde a agricultura é uma atividade com um peso importante na economia de muitas famílias.

O apoio da Câmara Municipal à agricultura e ao mundo rural tem-se restringido, unicamente, ao arranjo dos caminhos agrícolas. Ora, é necessário maior envolvimento da Câmara no mundo rural.

Mesmo as feiras temáticas, como a Feiras dos Frutos, que poderia ser um poderoso instrumento ao serviço da fruticultura e do mundo rural, está pouco talhada para a promoção desta atividade económica e deste meio, constituindo-se antes, e primordialmente, um grande evento lúdico. Não se discute a bondade e o peso que tem no turismo e no marketing territorial das Caldas; que é positivo. Todavia, é possível, e desejável, que, sem perder a vertente lúdica de evento de massas, possa dar mais ênfase à componente profissional que está na sua génese, qual seja à fruticultura, contribuindo, assim, também, para o desenvolvimento e promoção desta atividade e do mundo rural local.

Um Câmara Municipal, para além das competências próprias atribuídas por lei, tem competências ou responsabilidades políticas e sociais em tudo aquilo que diz respeito aos interesses das Caldas e dos Caldenses.

As populações devem ser escutadas e ver as suas necessidades atendidas. Devem ser defendidos os seus interesses e encorajadas a aproveitar as oportunidades existentes, protegendo, simultaneamente, o bem comum partilhado: a terra e a natureza.

O eixo da Agricultura inclui 2 tipos de medidas:

- Organização e planeamento
- Infraestruturas

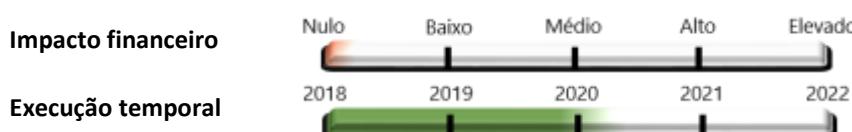
5.1. Organização e planeamento

A potenciação da agricultura passa pela organização e planeamento dos serviços e políticas locais dirigidas a esta área de atividade.

Pretendemos intervir junto dos responsáveis políticos de forma a manter serviços estruturantes no concelho e a criar medidas diretamente relacionadas com a potenciação das atividades do setor primário, como a agricultura, a pecuária, ou a pesca.

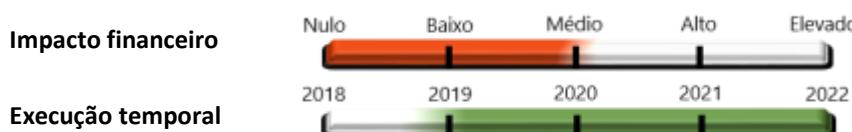
5.1.1. Reversão da centralização de serviços da DROAP

Reverter os serviços de análise de projetos no âmbito dos quadros comunitários de apoio que estavam na Delegação Regional do Oeste da Agricultura e Pescas, nas Caldas, e que foram deslocados para Santarém.



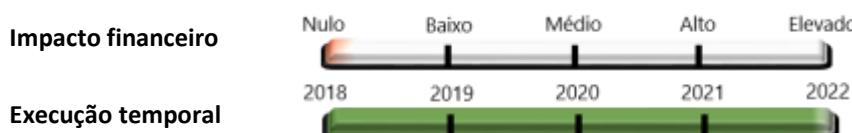
5.1.2. Criar e manter um Centro de Investigação Aplicada

Em articulação com um estabelecimento do ensino superior de referência, num modelo aberto à participação de empresários, associações e cooperativas deste ramo. Pode ser instalado no antigo Centro Experimental da Quinta de S. João, encerrado durante o mandato do anterior Governo.



5.1.3. Turismo rural e agroturismo ecológico

Subsetor que traz valor acrescentado ao desenvolvimento do mundo rural, em que a Câmara Municipal pode ser parceira. O turismo rural é atualmente uma forma de promover a ecologia, contribuir para a sustentabilidade de regiões mais isoladas e investir na produção agrícola biológica.

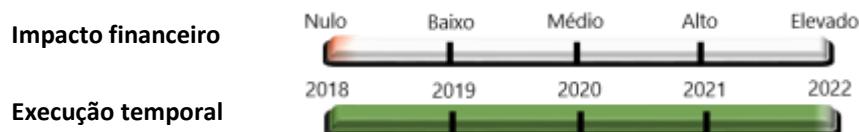


Nesta medida inclui-se:

- a) O apoio à informação técnica sobre a atividade;
- b) O apoio ao planeamento desta atividade, com elaboração de programas de intervenção em diálogo e parceria com os empresários;
- c) A inclusão na promoção turística do concelho.

5.1.4. Apoio técnico para candidaturas a fundos europeus

Desenvolver estruturas de apoio técnico para a apresentação de candidaturas a fundos europeus, especificamente dirigidos às áreas da agricultura, pecuária, florestal, e outras passíveis de apoios.

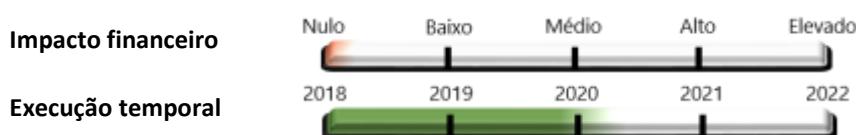


5.2. Infraestruturas

Naturalmente, o setor primário depende de infraestruturas que permitam o acesso a recursos indispensáveis para a prática destas atividades.

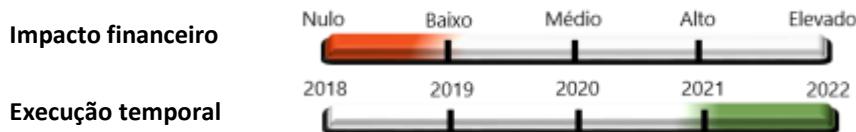
5.2.1. Barragem de Alvorninha

Desbloquear o impasse na realização da obra essencial ao pleno funcionamento e capacidade de armazenamento de água da barragem de Alvorninha, a fim de aumentar a área de regadio de acordo com a capacidade máxima dessa infraestrutura.



5.2.2. Criar mais zonas agro-comunitárias

Criar mais espaços, em áreas detidas pela autarquia ou negociadas pela autarquia, onde os cidadãos possam praticar mais atividades agrícolas em pequena escala, com espaços estruturados para o apoio a essas atividades.



5.2.3. Ordenamento e cooperação entre explorações e no acesso a recursos hídricos

Promover o ordenamento, emparcelamento e cooperação entre explorações e no acesso a recursos hídricos.



CONCLUSÃO

Conclusões

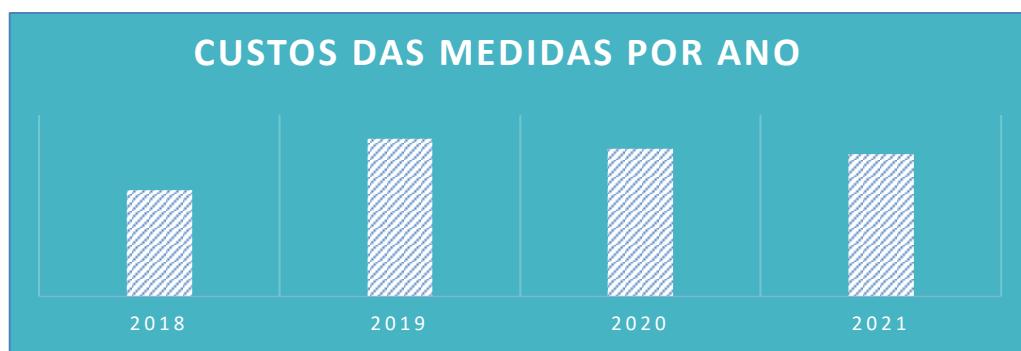
Um programa deve ser esclarecedor, dinâmico e objetivo. Acreditamos que o conseguimos fazer.

Discriminamos aqueles que são os nossos eixos prioritários: economia local, o termalismo, saúde e o bem-estar, a valorização do potencial humano, as políticas sociais e do trabalho e a agricultura.

Este programa aborda 142 medidas, distribuídas pelos anos de mandato da seguinte forma:



Prevê-se um maior impacto financeiro no ano de 2019, que se prolonga pelos 2 anos subsequentes.



Assente essencialmente em medidas de impacto financeiro nulo ou baixo (num total de 116 medidas das 142 totais). São propostas apenas 4 medidas com um impacto elevado no orçamento camarário.



São realocados muitos dos recursos, organizando-os em função das prioridades que definimos, recorrendo a regras e boas práticas administrativas, potenciando os recursos humanos e as potencialidades dos serviços da CMCR.

O objetivo deste programa é colocar o concelho de Caldas a Liderar, no seu lugar regional, potenciando todas as suas capacidades, gerindo adequadamente os seus recursos e planeando adequadamente o seu futuro.



Programa da candidatura do PS

Luís Miguel Patacho

à Câmara Municipal de Caldas da Rainha

2017-2021

